
030ª SESSÃO ORDINÁRIA – 17ABR2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Recebemos hoje a delegacia da FIEP do Brasil – Federação Internacional de Educação Física do Brasil, que foi instalada em 13 de agosto de 1949. São 63 anos da FIEP do Brasil. O Delegado Nacional do Brasil é o Professor Almir Adolfo Gruhn, que vem falar sobre a Federação Internacional de Educação Física. Registro a presença do Sr. Jorge Steinhilber, da Confef – Conselho Federal de Educação Física.

O Ver. Professor Garcia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Prezado Presidente, quero agradecer ao Ver. Idenir Cecchim, Líder do nosso Partido, por me ceder o tempo de Liderança do PMDB, bem como à Ver.^a Lourdes e ao Ver. Valter Nagelstein. Agradeço também à Casa, pois é exceção que se abra um espaço como este na quarta-feira.

É motivo de júbilo e alegria que, hoje, em Porto Alegre, estejamos recebendo os Professores sem Fronteira.

Faz parte da Mesa o Professor Almir Gruhn, Presidente Mundial da FIEP – 63 anos de Brasil e 90 anos em nível mundial; é a segunda vez que um brasileiro representa o mundo da Educação Física, o que é motivo de orgulho, porque sempre foram europeus, e o Professor Almir já está ocupando o seu segundo mandato como Presidente Mundial da Federação Internacional de Educação Física – FIEP.

Quero saudar o nosso Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Professor Jorge Steinhilber, que chegou agora, direto do aeroporto, na nossa Capital; o Professor Eduardo Merino, Presidente do Conselho Nacional de Educação Física; a Vice-Presidente, Carmem; a Professora Miriam, da Comissão de Educação Física Escolar; e o Professor Ubirajara, Presidente do Sindicato.

Junto conosco estão nove profissionais, como o Professor Bagatini, que está ciceroneando todo esse pessoal.

Os Professores sem Fronteiras, durante oito anos, têm andado pela América Central, desde 2007. Tiveram a oportunidade de visitar a Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, o Panamá, e, nos últimos três anos, fizeram todo o Brasil: começaram no Acre e terminaram agora em Porto Alegre.

Hoje, aproveitando este momento, vamos fazer o lançamento da Frente Parlamentar, a reinstalação da Frente Parlamentar de Educação Física.

Também a FIEP está lançando o livro “Cem Anos do Professor Jacinto Targa”. O Professor Jacinto Targa é gaúcho, foi Delegado da FIEP, Diretor da Faculdade de Educação Física da UFRGS, um grande militante, e estaria fazendo este ano cem anos.

Vai haver também a obliteração de um selo comemorativo à passagem dos Sem Fronteiras por esta Região Sul, e, à noite, no Grêmio Náutico União, o lançamento do livro do Professor Vilson Bagatini, “Histórias de Minha Vida”.

Então, isso mostra a pujança, a força da Educação Física, e que, nos últimos tempos, inclusive, tem uma luta, que é a inclusão dos profissionais da Educação Física nas séries iniciais para trabalhar. Aqueles Vereadores que assinaram, gostaríamos que hoje pudessem comparecer às 15h, vou fazer um chamamento. Quero, mais uma vez, dizer da nossa alegria, do nosso orgulho de estar recebendo esses profissionais que têm andado pela América, pelo nosso Brasil e que, em 2015, vão ficar cinco meses viajando e visitando todas as cidades que foram sede de olimpíada, fazendo o mesmo sistema, indo a esses locais, ministrando cursos de forma gratuita. Esses profissionais que estão aqui estão vindo às suas expensas, não estão recebendo nada, dispuseram-se a fazer isso durante todo esse tempo, e isso é motivo de orgulho. E a grande alegria é saber que hoje a Federação Internacional de Educação Física tem um brasileiro como liderança maior em nível mundial, Almir Gruhn, e que também aqui na nossa Casa está o Professor Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho, que estará completando 15 anos neste ano – é um conselho novo, mas que já tem quase 300 mil profissionais registrados no Brasil, mostrando que a questão da Educação Física é algo sério e importante, tanto para o desenvolvimento da sociedade, na questão da saúde, como da economia, pois, hoje, a atividade física movimenta, mais ou menos, algo perto de 2 a 3% do PIB nacional. Quero saudar os profissionais Sem Fronteiras, por estarem aqui – muito obrigado pela presença –, e em especial o nosso Almir Gruhn, Presidente Mundial da FIEP; o Professor Jorge Steinhilber; e o Professor Eduardo Merino, Presidente do CREF. Muito obrigado, recebam

esta homenagem em nome da Câmara Municipal de Porto Alegre. Muito obrigado, Presidente e Vereadores, por esta exceção que estamos fazendo hoje.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Agradeço profundamente a presença de vocês. Esta Casa sente-se honrada com a presença de todos e, através do Ver. Professor Garcia, a Casa está aberta a recebê-los e a acolhê-los em quaisquer dos seus momentos. Desfaço a Mesa e agradeço a presença de vocês.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, apenas para registrar e ficar muito claro aos Professores de Educação Física, quero dizer que a fala do Ver. Professor Garcia foi feita em Liderança, e por isso não foi possível apartear. Tenho certeza de que todas as Bancadas gostariam de elogiar o grande movimento de intercâmbio cultural, de valorização da Educação, em especial da Educação Física, que é realizada através de vocês. Apenas pela forma, não foi possível que todos nos manifestássemos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo solicitação de representação do Ver. Cassio Trogildo (Lê.) “Venho, por meio deste, solicitar a condição de representação da Câmara Municipal de Porto Alegre no Seminário de Legislação de Segurança contra Incêndio e Pânico promovido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul – CREA-RS, a realizar-se das 13h às 21h, do dia 17 de abril de 2013, sem ônus para esta Casa. Ver. Cassio Trogildo”.

Apregoo Memorando deste Vereador (Lê.): “Informo que, no próximo dia 17 de maio, sexta-feira, estarei representando esta Casa Legislativa no Seminário Regional que irá tratar do tema ‘Drogadição e Planejamento Familiar’, na cidade de Bagé/RS, utilizando para deslocamento o meu veículo particular [sem ônus para esta Casa]. Ver. Dr. Thiago Duarte”. Convite segue em anexo ao Memorando.

(14h30min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria dos Vereadores Bernardino Vendruscolo e Tarciso Flecha Negra, ao PLL nº 011/11, com a seguinte redação (Lê.): “O art. 2º do PLL nº 11/11 passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 2º – A exploração de serviços da Marina do Harmonia dar-se-á por meio de concessão ou parceria público-privada, por prazo determinado e com possibilidade de renovação’”.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, solicitando dispensa do envio das Emendas n.º 01 e nº 02 ao PLL n.º 011/11 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 12ª a 23ª Sessões Ordinárias; da 1ª Sessão Extraordinária; e da 1ª a 3ª Sessões Solenes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Em votação o Requerimento nº 071/13, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 071/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa-tarde a todos, aos colegas da Câmara, aos servidores, estamos aqui apenas para agradecer o apoio praticamente da totalidade dos Vereadores desta Casa, que concordaram com a nossa proposição, qual seja, a Moção de Solidariedade à sociedade gaúcha que paga altos valores nas praças de pedágio. É um modelo que, em tese, em teoria, tem a sua validade, porque se pressupõe que as estradas ficariam mais bem conservadas, mas, no dia a dia do ir e vir da sociedade gaúcha, não é fácil gastar talvez mais no pedágio do que no combustível ou em outros custos da viagem. Foi sendo criado, ao longo da última década, um sentimento de

injustiça muito grande, mas, agora, a proposta do nosso Governo Tarso Genro é justamente rever isso, inclusive de forma decisiva, retomando para o controle público a questão do pedagiamento das estradas. Então, parece-me que estamos aqui solidários ao povo gaúcho que paga esses altos valores nas praças de pedágios. E nada mais é do que uma sensibilidade da nossa Câmara da Capital do Estado, que já tem respaldo também de outras Câmaras Municipais pelo Interior afora. Eu já percebi aqui, como Vereador de primeiro mandato, que as Moções de Solidariedade passam em razão do número de assinaturas, contabilizamos aqui em torno de 25, 30 assinaturas, e paramos de recolher, porque percebemos que não havia divergência em nos solidarizarmos à sociedade gaúcha com a questão dos altos valores do pedagiamento. E a Empresa Gaúcha de Rodovias, a EGR, vem justamente com este objetivo: de controlar, de fiscalizar, para que tenhamos equilíbrio entre o que foi cobrado e o serviço que é fornecido. Quero agradecer aqui a todas as Bancadas que assinaram, e fazer eco com outras Câmaras do Estado que conseguiram aprovar Moções de Solidariedade nesse sentido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO (Requerimento): Há um Projeto da nossa autoria que está na Ordem do Dia, o PLL nº 011/11, e nós queremos pedir a compreensão dos nossos colegas para retirá-lo da priorização na Ordem do Dia, atendendo ao pedido da Liderança do Governo, já que não há concordância em relação a esse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver. Bernardino, o nosso Diretor-Legislativo me esclarece que, depois, eu terei de colocar em votação o seu Requerimento.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 071/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Marcelo Sgarbossa, eu acho que a proposição de V. Exa. para que se baixem os valores nos pedágios no Rio Grande do Sul realmente não tem oposição, acho que há

unanimidade no povo gaúcho. O que me estranha, Ver. Marcelo, é que, apesar da sua boa vontade, da sua boa intenção, a EGR, essa empresa que o Governador Tarso Genro criou – que é desnecessária, porque só aumentou o número de funcionários e de CCs também –, a primeira coisa que fez foi colocar umas placas bem grandes. Eu já passei ali em Portão, por exemplo, e a EGR, que foi criada para cuidar dos pedágios – já falei, há poucos dias, aqui na tribuna –, não consegue cuidar, só, simplesmente da cobrança, eles são incompetentes para fazer isso. Em todos os pedágios da EGR, tanto em Portão, como em Sapiranga, as filas são astronômicas, porque eles não treinaram as pessoas nem para cobrar, Ver. Villela. Então, imaginem propor para baixar o preço! O Governo do Estado criou uma empresa para cuidar dessas praças e poderia ter feito essa redução do preço do pedágio. Isso não depende do Judiciário, não depende de nada, dependia só do Governo gaúcho baixar o preço dos pedágios nessas praças comunitárias. Mas eu vou votar a favor da sua Moção, Ver. Sgarbossa, porque ela é bem intencionada. Uma pena que o Governo do PT, o Governo do Tarso Genro, não entendeu isso. Porque naquilo que cabe ao Governo fazer ele não fez. Ele criou a empresa, estabeleceu os salários altos com os diretores, colocou umas placas enormes dizendo que o controle é da EGR, um controle que o próprio DAER, se fosse bem administrado, poderia ter feito, mas o Governo quis matar o DAER, porque este pertencia ao PSB, então, não podia dar força para o DAER fazer nada! Colocou essa EGR, não baixou os preços dos pedágios, e está levando pau em todas as intromissões que ele quer fazer nos contratos assinados. Acho que tem que baixar os pedágios, mas tem que ter competência para isso. Só que o Governo do Estado não está tendo nem competência jurídica, nem competência prática para cobrar naqueles pedágios, naquelas praças que pertencem ao Governo do Estado. E eu não vi, nesses meses em que a EGR assumiu, a empresa nem mesmo roçar a beira da estrada, ou limpar o meio-fio; em Porto Alegre, pelo menos, eles pintavam o meio-fio, Ver. Nereu, e nas estradas nem isso, não roçam nem o meio-fio!

Então, há pessoas do PT com boas intenções, querendo baixar o pedágio, como o Ver. Marcelo Sgarbossa, mas é uma pena que o Governo do Estado, que o Governador Tarso Genro, além de não baixar nada do que é da sua competência, ainda queria usar essa questão do pedágio como cavalo de batalha para a eleição do ano que vem. Mas ele não conseguiu cumprir com algumas promessas fantásticas! Na praça de Caxias, na praça de Viamão, que eles iriam desativar no primeiro ano, sabem o que ele vai fazer? No ano que

vem, próximo das eleições, ele vai juntar um monte de gente para aplaudi-lo, pois irá lá na frente de uma dessas praças e dirá: “Agora vamos levantar a cancela!” É isso o que o Governador Tarso Genro faz, apesar da boa vontade de alguns membros do PT, como o Ver. Sgarbossa. Mas podem ter certeza que ninguém se engana com isso, mesmo votando esta Moção, que é justa. Nós queremos baixar o pedágio, mas não podemos apoiar uma coisa no faz-de-conta do Governador Tarso Genro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 071/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, faz muito tempo que ouço a discussão sobre os pedágios no Rio Grande do Sul; tanto tempo que o Olívio era o caminho, e o Britto era o pedágio. Evidente que a situação de hoje está completamente modificada.

Ver. Cecchim, a sociedade gaúcha tinha uma expectativa de que com a extinção do prazo dos pedágios, aqui no Estado, fosse terminar a cobrança do pedágio. Acho que seria um grande erro, mas essa, com toda a justiça, era a expectativa que tinha a sociedade. Afinal o caminho não era o de manter os pedágios. Mas, ao contrário do que se ouviu, criou-se uma nova empresa, aqui no Rio Grande do Sul, só para cobrar pedágio, e os últimos valores que foram estabelecidos nos antigos pedágios comunitários, que eram os Municípios e as comunidades que administravam, que eram bem mais baratos do que os demais – pedágios esses que não foram criados pelo Britto, foram criados ainda no Governo Alceu Collares –, aqueles antigos pedágios tiveram agora aumentados razoavelmente os seus valores porque, assim, era a exigência das novas circunstâncias.

Pensando bem, nós estamos pedindo solidariedade com a sociedade gaúcha, mas a expressão sociedade gaúcha é por demais envolvente e por demais vaga. O que é sociedade gaúcha? O que é este todo? Será que toda a sociedade gaúcha pensa da mesma forma com relação a esse tema? Não; pensa de forma diferente. Então vou votar favoravelmente a essa Moção num gesto de apoio a V. Exa., pois acho que é um homem que está chegando a esta Casa com um reto propósito, que tem uma vida digna e que eu acredito que seja muito sincero na sua proposição, apesar da confusão do momento que

o seu Governador gera. Para um Governador que era absolutamente contrário ao pedágio, de repente, passa a ser o seu promotor, inclusive instituindo uma nova sinecura, essa empresa nova que se criou, que já está dando emprego, pagando salários, aumentando o custo do Estado deficitário há mais tempo, e que agora já começa a cuidar dos antigos pedágios comunitários. A partir de dezembro, pelo que se vê, naquelas praças que irão permanecer – e são a grande maioria, parece que só Farroupilha não mais sobreviverá –, irão cobrar os valores que foram estatuídos naquela ocasião, que são muito longe da gratuidade prometida num dia ou do não pagamento que se pretendia com a pura extinção dos pedágios, que era o discurso petista de longa data. Vou votar com a Moção, numa homenagem ao seu proponente, pessoa de bem, pessoa digna, pois quero vê-lo realizado na atuação parlamentar aqui na Casa, e espero com isso contribuir.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar o Requerimento nº 071/13.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; colegas Vereadoras e Vereadores; senhoras e senhores que nos assistem, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, da qual faz parte o autor da Moção, Ver. Marcelo Sgarbossa, encaminha esta que é uma Moção muito simples e de difícil rejeição. Ela tem um significado, porque nos remete a uma análise. Primeiro, quem é que se beneficiou, nesses quinze anos, com os pedágios instituídos no Rio Grande do Sul? De que forma foram feitos os contratos? Quais governos fizeram? Quais foram os termos do contrato? Os termos dos pedágios que passaram a gerir as estradas do Rio Grande do Sul foram conduzidos pela política pública do Rio Grande do Sul e trouxeram grandes prejuízos para a população. E foi no Governo Britto que se iniciou essa elaboração, o mesmo Governo que fez um conjunto de privatizações, e não sabemos, até hoje, para onde foram os recursos daquelas privatizações. Na verdade, Ver. Nereu, qual a estrada que foi duplicada, que foi estruturada pelos pedágios no final desses 15 anos? Nenhuma delas! Houve algumas melhorias pontuais nos buracos e nas pinturas, é verdade, mas com o valor cobrado, que é o quilômetro rodado mais caro do Brasil, e com os recursos arrecadados, inclusive, mereceria agora, no final dos pedágios, uma auditoria pública para apurar toda a

arrecadação feita e todos os recursos gastos em manutenção, porque o item Investimento, Ver. Tarciso, deixou a desejar. Então é importante, e o Ver. Idenir, que apoia a Moção, mas critica a nova construção que o Governo Tarso Genro vem fazendo de criar uma empresa pública para poder gerir esses recursos e garantir que os pedágios sejam mais baratos, em torno de 30%, que esses recursos sejam efetivamente destinados à implementação na estrutura de mobilidade urbana do Rio Grande do Sul, na qualificação e na ampliação da malha viária. É isso que nós precisamos realizar nas estradas gaúchas.

Portanto, venho aqui em nome da minha Bancada, do Partido dos Trabalhadores, novamente, dizer o que os demais colegas já disseram: o apoio à Moção, mas ressaltando esses dois itens. Primeiro, quando foi feito, com que orientação foi feito, para onde foram os recursos arrecadados e que merece uma auditoria, ao final, para determinar toda a arrecadação realizada e tudo o que foi investido nos pedágios do Rio Grande do Sul. Eu tenho certeza absoluta que o povo gaúcho e o Estado teriam muito dinheiro a receber pela lógica do que foi cobrado nesse período e pelo que foi gasto nas estradas do Rio Grande. Um grande abraço! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 071/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Boa-tarde a todas e a todos, realmente, essa ideia do Ver. Marcelo Sgarbossa é de extrema importância. Hoje, em função do alto custo do frete, quando o Governo determina medidas para baixar os impostos da cesta básica, essa redução não é sentida pelos usuários da cesta básica. E isso não é só nos impostos. Hoje o nosso País não usa ferrovia, não usa hidrovia, usa somente o transporte terrestre. E o transporte terrestre, para as pessoas trazerem a mercadoria do Porto de Rio Grande para Porto Alegre, é uma verdadeira fortuna. Eu acho que essa proposta é de grande importância para a economia do nosso Estado, para a economia na mesa das pessoas, já que não adianta só o Governo baixar os impostos na cesta básica, não adianta só o Governo baixar os impostos na folha de pagamento, tem que baixar os impostos na praticidade, tem que baixar os impostos no que atinge as pessoas no dia a dia. Hoje os

pedágios são pagos por nós. Os pedágios estão embutidos nos produtos que a gente consome, estão embutidos em todos os bens de consumo que a sociedade tem, porque o Brasil é um País que vive sobre as rodas. O Brasil é um País que deixou de lado o transporte de trem, e o hidroviário, então, nem se fala. Então, nós achamos e assinamos, toda a nossa Bancada, que é importantíssimo discutir a forma de pedágio, é importantíssimo baixar o preço, é importantíssimo que isso entre na agenda do Governo, entre na agenda da Presidente Dilma.

O que a gente vê ainda é que se paga uma fortuna de pedágio, mas, quando têm que fazer a melhoria da estrada, as empresas querem que o Governo faça essa melhoria; quando tem que duplicar uma estrada, como a BR-116, que leva a Rio Grande, e se gasta mais de R\$ 80,00 de pedágio, quem tem que duplicar é a União. As empresas cobram pedágio ali há mais de dez anos – se não me falha a memória –, arrecadaram milhões e milhões nesse período, e quando se vai a Rio Grande e Pelotas, vê-se a grande obra que está sendo feita ali, uma obra necessária para escoar toda a safra do nosso Estado, mas que está sendo feita pelo DNIT, pela União, são recursos públicos. As empresas de pedágios não botaram um tostão nessa obra, e o mesmo acontece na BR-290 e em todas as rodovias.

Então, nós temos que discutir também o modelo desse pedágio. Nas estradas em que há o pedágio, de vez em quando a gente se questiona se é bom ou não, mas a empresa que explora tem que dar também uma ajuda para conservar essas estradas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 071/13, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Vereador-Presidente. Eu queria acrescentar alguns elementos aos já ricos elementos colocados aqui, que sustentam, Ver. Marcelo Sgarbossa, a sua Moção. Porto Alegre, por mais que não seja atingida diretamente, precisa se solidarizar com um conjunto de Municípios e com a sociedade gaúcha. Obviamente, que os nossos porto-alegrenses andam por este Estado e percebem que, de fato, não se vê critérios muito claros e justos na instalação das praças de pedágio. Há trechos que ninguém compreende, por que se pagam tantos pedágios e tão caros, valores

dísparos. Há, na verdade, um grande consenso hoje na sociedade gaúcha de que não está bem, não está sob o controle do Estado, não tem controle do equilíbrio – reinvestimento e lucro –, não está bem distribuído, e não está garantindo o direito de ir e vir do cidadão do Estado do Rio Grande do Sul. Mas esta Moção, Vereador, vem numa hora de término dos contratos, porque aqui o Ver. Pujol lembrou, o Governador Olívio não conseguiu encerrar os contratos; havia contratos, havia todo um debate, a população gaúcha votou para encerrá-los e não foi possível. Mas agora estão encerrando esses contratos, e é hora de repensar. Eu queria lembrar que o Governo Tarso está realizando, exatamente, em todas as Cidades que têm praças e pedágios, audiências públicas, através dos CDS – Conselho de Desenvolvimento Social –, para ouvir a população e para construir um novo modelo de pedágio. Então, esse é um momento excepcional! O resultado dessas audiências é que vai delinear os custos; se os pedágios permanecem ou não; os valores; os critérios; se a comunidade, se a Cidade participa ou não; o retorno financeiro para a Cidade, e os compromissos de manutenção. Está se devolvendo à cidadania gaúcha a possibilidade da definição, inclusive, da necessidade, da pertinência dos pedágios, e a mesma coisa e na mesma sintonia está o Governo Federal a receber as suas rodovias de volta, as rodovias federais. E por que esta Moção é importante? Porque nós não podemos perder a riqueza, Vereador Marcelo, deste momento de debate com a população e de reencaminhamento do novo modelo para a Justiça, para os pleitos na Justiça, para os embates que as empresas – que não querem perder – têm feito.

É muito importante que a sociedade gaúcha apresente ao Judiciário, apresente aos órgãos que estão recebendo esses recursos, a sua manifestação: que respeitem o debate que hoje a sociedade faz com o Governo do Estado. A sociedade gaúcha, as cidades implicadas, a cidadania hoje está definindo os novos rumos das rodovias no País, e vão, sim, fiscalizar a EGR, cobrar do Governo do Estado – como há cobrança no Estado inteiro – a manutenção das rodovias, para não cessarem os serviços, para não haver uma piora onde o serviço está razoável.

Então, eu queria trazer o sentido da defesa desta Moção, da importância, neste momento, de a cidadania não ser usurpada, não ser subtraída por decisões judiciais, por embargos, por luta de quem quer manter ou quer cobrar mais, porque há empresas cobrando uma imensa dívida, mas que possa, sim, hoje, o povo do Rio Grande definir o valor, o

tamanho, Ver. Janta, e se é pertinente ou não manter praças de pedágios em determinadas rodovias.

Então, acho que a nossa Câmara, mais uma vez, posiciona-se como Capital do Estado que é, tendo que incidir sobre os temas estaduais, sim, dar o exemplo e ter opinião. Parabéns, Ver. Marcelo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento nº 071/13, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Sr. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. REGINALDO PUJOL: Como a votação foi simbólica e unânime, eu acredito que não comporta a Declaração de Voto. Mas, de qualquer forma, eu quero declarar o meu voto nos termos do pronunciamento que fiz no encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Pujol. Destaco aqui as presenças do Dr. Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul; do Dr. Gilmar Possa Maroneze, Procurador de Justiça; do Dr. Cesar Luis de Araújo Faccioli, Promotor de Justiça; do Dr. Gilberto Montanari; do Dr. Antonio Carlos Paiva Hornung; e do Dr. Luiz Achylles Petiz Bardou.

Em votação o Requerimento nº 081/13, de autoria do Ver. Nereu D'Ávila. (Pausa.) O Ver. Nereu D'Ávila está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/13, como autor.

O SR. NEREU D'ÁVILA: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadores e Srs. Vereadores, como nem todos são obrigados a conhecer as leis como os bacharéis, porque há muitos Vereadores ilustres que não possuem Curso de Bacharel em Direito, eu quero esclarecer o que é a PEC nº 037. A sigla PEC quer dizer Proposta de Emenda à Constituição, que só pode ser feita por Deputado Federal ou Senador. Então, essa PEC nº 037, de 2011 – já faz dois anos que está em debate –, é de um Deputado do PTdoB, do Maranhão, que propõe um acréscimo ao art. 144 da Constituição, acrescentando o §

pág. 12

10, com o seguinte teor (Lê.): “Parágrafo 10, art. 144 – A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo incumbem privativamente as Polícias Federal e Civis dos Estado e do Distrito Federal respectivamente”. Isso quer dizer que retira do Ministério Público a competência de presidir inquéritos criminais. Registra-se que, há cerca de 30 anos, desde a década de 80, o Ministério Público vem exercendo esse múnus, vem exercendo essa competência com grande capacidade. Aliás, eu diria o seguinte: a população que, por ventura, depois esteja nos assistindo ou que vá assistir a esta Sessão é testemunha de que hoje duas grandes instituições – sem demérito a nenhuma outra, sem demérito a quem quer que seja, efetivamente –, a Polícia Federal e o Ministério Público, hoje, estão acima de qualquer suspeita na investigação criminal e na investigação de “n” situações, inclusive de corrupção. Tanto que essa PEC está sendo apelidada de a “PEC da impunidade”. Aliás, eu quero me penitenciar, pois não referi a presença aqui de ilustres figuras do Ministério Público que honram esta Casa. Muito obrigado, é um prazer tê-los aqui. Um dos argumentos – eu vou tentar responder alguns – usado pelo Paulo Sant’Ana, anteontem, dia 16, na sua coluna, com o seguinte teor (Lê.): “A quem pode interessar que se modifique a Constituição, e o Ministério Público seja impedido de investigar? Claramente só interessa a quem possa vir a cometer delitos e não ser investigado pela polícia, que será coordenada pelo governo, que a comanda a não investigar. Entre nós, ultimamente, a Polícia Federal andou descobrindo e investigando delitos de membros do Governo, demonstrando, assim, independência dos governos. Mas e se os governos vierem a ter sucesso ao ordenar que suas polícias não investiguem? A maior vantagem do Ministério Público é não ser hierarquicamente subalterno de qualquer governo. Sendo assim, o Ministério Público fica liberado para investigar todos, inclusive o governo. Já a polícia não tem essa comodidade, sempre estará atrelada hierarquicamente a algum governo e pode vir a ser obrigada por ele a não investigar seus membros”. É claro, vamos relativizar essa informação do Paulo Sant’Ana, porque, de regra – e aqui ficou comprovado agora no episódio de Santa Maria –, o Governo não exerce nenhuma pressão direta ou indireta na apuração dos fatos. Aliás, emblematicamente, em Santa Maria, exerceu-se o que se vem exercendo há mais de 30 anos, ou seja, o Ministério Público também fazendo parte da investigação criminal. Em Santa Maria, dois Delegados presidiram com muita competência, aliás, o inquérito; e o Ministério Público depois enxugou dentro da sua competência, ou seja, sem prejuízo

nenhum. Então, desde que foi criada a Lei de Ação Civil Pública na década de 1980, portanto, há mais de 30 anos, repito, o Ministério Público vem exercendo esse múnus de investigar criminalmente os inquéritos com grande competência. Sinceramente, se, até 2011, havia essa prerrogativa do Ministério Público, não sei por que agora retirar o Ministério Público dessa incumbência.

Também quero dizer que não tenho nada contra a Polícia, absolutamente; inclusive, nessa questão dos assassinatos dos taxistas, a Polícia foi muito competente, investigativa e agiu com inteligência. Então, nada a ver! Mas são como trilho de trem e trilho de bonde, correm paralelamente: a Polícia com as suas atribuições de presidir o inquérito criminal, e o Ministério Público tomando as medidas para também dar a sua opinião sobre o inquérito criminal. Por isso nós nos surpreendemos... o Paulo Sant'Ana fez uma crítica genérica. Aqui no Rio Grande do Sul jamais, que eu saiba, Governo nenhum pressionou a Polícia, ou os Delegados para agirem em favor do Governo, pelo menos que se saiba. Evidentemente, corremos este risco: se a incumbência de presidir os inquéritos criminais ficar somente com a Polícia, fica-se com a possibilidade – que não é comum, mas poderá existir – de a Polícia, sozinha, fazer o seu inquérito, aliás, como eu tenho referido, com muita probidade e muita competência. Mas eu não vejo por que – justamente agora, no século XXI – retirar do Ministério Público uma incumbência que ele vem exercendo com o reconhecimento de toda a população. Repito sem medo de errar: se fizermos uma enquete – e já foram feitas – sobre quais os órgãos de maior credibilidade para apurar a corrupção, para aprofundar inquéritos e chegar ao âmago das questões, eu diria que chegaríamos a estes dois: a Polícia Federal e o Ministério Público. Então, realmente eu não sei por que essa situação.

Como virou uma situação nacional, eu acho que a Câmara Municipal não poderia se omitir, Porto Alegre não pode se omitir nessa discussão! Tem havido audiências públicas em Brasília e em outras cidades com grandes debates, em que, num nível altíssimo, tem se debatido essa proposta da Emenda. E o Relator, inclusive, já apresentou uma alternativa. O Deputado Vieira da Cunha, na Comissão Especial que foi incumbida de analisar essa Emenda, fez um parecer, está aqui, com um voto em separado, com argumentos muito convincentes. (Mostra documento.) Ele que, além de Deputado, é Procurador do Ministério Público, conhece muito bem a sua classe. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, Sr. Presidente, eu peço aos meus Pares que acompanhem essa Moção de Repúdio. Quero repetir, até porque temos aqui, no Plenário, um Delegado; aliás, da minha Bancada, o Delegado Cleiton, uma figura extraordinária... Eu nem precisaria entrar nesse assunto porque ele, naturalmente, sabe e conhece isso, mas eu disse a ele e repito aqui: nada contra ninguém! É só para que os inquéritos criminais e todas as investigações possam continuar tendo a presença do Ministério Público, da Polícia Federal e da Polícia Civil, nos Estados. Não é nada contra ninguém, mas a favor daquilo que deu certo. Finalizo dizendo, é um jargão popular: em time que está ganhando não se mexe! Esse time está ganhando! Então, eu não vejo por que mexer na Constituição para deixar a incumbência de inquéritos criminais nas mãos de somente uma classe por mais honrada que seja. Aqui está, Sr. Presidente, uma camiseta, “PEC 37, PEC da impunidade”. (Mostra camiseta.) Conto com os meus Pares para que a Câmara Municipal de Porto Alegre não fique isenta, não lave as mãos e não participe de uma situação que hoje é nacional e que está envolvendo toda a comunidade brasileira. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/13.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Estimados colegas, boa-tarde; todos que nos assistem no plenário e pela TVCâmara; nosso Presidente, Ver. Thiago; também quero saudar todos os representantes do Ministério Público que estão aqui nesta tarde. Vou tomar a liberdade de, quebrando o protocolo hierárquico ou funcional, saudar o amigo Amílcar Macedo, porque tivemos a oportunidade de trabalhar juntos em Canoas, quando fui Secretário de Segurança, inclusive relembrando toda a atuação do Ministério Público. Eu pedi à minha Bancada, ao Ver. Comassetto, nosso Líder; à Ver.^a Sofia, ao Ver. Mauro e ao Ver. Sgarbossa, permissão para vir à tribuna manifestar o nosso apoio à Moção, proposta pelo Ver. Nereu, contra a PEC nº 37.

O Ministério Público é, possivelmente, uma das conquistas mais importantes da Constituição de 1988, o seu empoderamento institucional. Efetivamente, esse poder causa incômodo àqueles que têm com o que se incomodar. Já se foi o tempo em que, por

exemplo, o Procurador-Geral da República era conhecido como “o engavetador-geral da República”. Hoje o Ministério Público, em todas as esferas e cada vez mais – como tem que ser nas democracias desenvolvidas –, tem a devida e correta autonomia para investigar seja quem for, de que esfera de poder for e que influência tenha.

Eu trago aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores de Porto Alegre, o nosso apoio a essa Moção, porque nós não vivemos um tempo em que possamos abrir mão, Ver. Nereu, da capacidade investigativa que o Ministério Público tem hoje, principalmente contra a corrupção em todas as esferas. Essa atuação permanente, ativa, vem a calhar em todas as esferas, Ver.^a Mônica. Não importa quem é o governante no poder, ali está o Ministério Público auxiliando a cidadania e buscando provas para a devida incriminação de quem quer que seja, até porque as medidas que têm que ser tomadas numa investigação, na imensa maioria das vezes, necessitam de autorização judicial; sempre teremos o Judiciário fazendo a autorização das medidas necessárias à investigação. Isso não é nada contra, Delegado Cleiton, à Polícia Civil, de forma alguma! Sou um defensor das nossas polícias, pessoalmente sou a favor de que a Polícia Civil, os nossos Delegados também ganhem o *status* de carreira jurídica, é uma opinião pessoal minha; que a Polícia Civil se fortaleça, que seja valorizada e realmente se empodere para a redução dos crimes, principalmente dos crimes contra a vida. Mas o papel do Ministério Público hoje é imprescindível para a sociedade. Por isso eu trago aqui esse apoio, essa opinião da nossa Bancada, é para isso que a democracia surge. Existem excessos? Sempre existem, mas a democracia comporta os excessos e os corrige dentro do próprio regime democrático. Nós não podemos, mesmo que tenhamos posição contrária a uma medida, a uma opinião desse ou daquele membro do Ministério Público, mudar a nossa opinião sobre a instituição Ministério Público. Por isso trago o nosso apoio; com certeza, é a opinião da sociedade brasileira sobre este tema. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/13.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, não vou utilizar os cinco minutos regimentais, será desnecessário. Apenas

vou dizer que nós estamos com uma sociedade doente, enferma, uma sociedade que assiste a crimes de toda ordem, violência e corrupção. Retirar do Ministério Público funções de um órgão de Estado é um retrocesso institucional, é um retrocesso na democracia e na vida social brasileira. Sr. Presidente, o País necessita de um Ministério Público como órgão de Estado forte e independente. Esta é a manifestação que faço em nome da Bancada do Partido Progressista. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/13.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, plateia, membros do Ministério Público, em especial meu colega, amigo de infância e adolescência, colega de trabalho em Cachoeirinha, Amílcar Macedo. Vim aqui em meu nome, como Vereador do PDT, inclusive deixando livre a Bancada, até porque é uma proposta de um membro da nossa Bancada, Ver. Nereu D'Ávila.

Vereador, essa PEC também é chamada PEC da legalidade. Em nenhum momento a Constituição diz que investigação é critério e é ônus do Ministério Público. O art. 144 não se refere a isso. O Ministério Público tem feito – e muito benfeito – a fiscalização, é solicitação de abertura de um inquérito policial, é fiscalização dos órgãos da Polícia Civil; mas o poder da investigação é da Polícia Civil, sim. E esse trabalho é feito dignamente pelas Delegacias de Polícia Civil e Federal – basta ver os últimos trabalhos realizados pela Polícia Civil em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. É necessário, sim, que os governos aparelhem as polícias civis; é necessário, sim, que os governos deem dignidade aos policiais civis, bons salários, métodos, delegacias que tenham condições de investigar. Não estamos tirando do Ministério Público o poder de investigação, até porque não existe esse poder.

Desculpe-me, companheiro, Ver. Kopittke. O senhor, como advogado, o Ver. Nereu D'Ávila, como advogado, sabem que no artigo 144 não existe essa prerrogativa do Ministério Público. O Ministério Público tem fiscalizado, e muito bem, a prática policial. O Ministério Público faz parte de um equilíbrio em que atua na denúncia, junto com o Poder Judiciário e com a Defensoria. A PEC nº 37 só tem reforçado esse poder que tem sido

dado e tem que ser dado à Polícia Civil! Não estamos tirando nada do Ministério Público. O Ministério Público tem o poder de complementação das diligências dos inquéritos policiais.

Era só isto o que queria dizer aos senhores, e peço que não seja votada essa Moção de Repúdio. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, há pouco, discutindo com o colega Vereador a respeito de outro tema, reafirmei minha posição de que os projetos, as composições e as moções, por consequência, Ver. Janta, nunca são um mal em si. No mínimo, têm o condão de despertar um debate nesta Casa a respeito de determinado tema. E eu diria mais, Ver. Nereu, a V. Exa., que é o autor: eu sempre procurei entre ação e omissão, aquelas posturas proativas; ou seja, as ações, porque as omissões jamais poderão ser corrigidas e as ações eventualmente merecerão correções.

O tema é por demais relevante e polêmico. Não é só aqui na Câmara de Vereadores que o Partido Democrático Trabalhista, a maior representação com assento na Casa, tem opiniões, dos seus membros, divergentes entre si. O grande Líder do PDT gaúcho, Vieira da Cunha, tem uma posição; o ex-Deputado Müller tem uma posição diametralmente contrária a respeito desse tema. Eu digo a meu colega de Bancada, Líder do PSDB, que não tenho vocação para o tucanato, não gosto da posição intermediária. Mas não vejo com tranquilidade ilustres integrantes da Bancada do PT que já se solidarizaram com a Emenda. Eu não vejo como algo positivo nós termos permanentemente esse conflito entre dois entes públicos a respeito da mesma situação. Na minha convicção, não traz isso nenhum benefício para a sociedade, nem mesmo para a marcha processual. Por isso, num tema dessa ordem, eu, ouvindo como ouvi as posições que aqui foram colocadas, fico reforçado, meu caro Ver. Vendruscolo, na minha dúvida. Só que essa dúvida não vai ao ponto de achar que eu quero eternizar esse conflito entre o Ministério Público e a Polícia a respeito de quem pode, quanto pode e até quando pode. Acho que harmonizar

pág. 18

essas funções era um dever mínimo da sociedade política organizada. E nós, como ente que somos, como sociedade política organizada, Câmara de Vereadores, representação popular autêntica da Cidade, deveríamos contribuir para que isso ocorresse. E aí, Ver. Nereu, com muita convicção eu digo que não sei se o melhor caminho é o repúdio puro e simples, ou se é uma tentativa de corrigir uma Emenda que para mim, à primeira vista, parece-me muito radical no sentido de fechar a porta para qualquer outra participação na investigação que não aquela prevista, segundo o ilustre Vereador do PDT colocou na tribuna, pelo art. 144 da Constituição, para as entidades policiais. Tema polêmico, dificuldade enorme. Não deixo de cumprimentar o Ver. Nereu por ter trazido a Casa esse debate, porque a Casa precisa debater os grandes problemas desta Nação. Não acredito, honestamente, que, em curto prazo, essa Emenda seja votada no Congresso Nacional – não está madura ainda. Por isso, eu acho que a grande posição nesse sentido seria de nós pedirmos o adiamento dessa votação e nos debruçarmos internamente no debate sobre esse tema, para então, devidamente amadurecido, decidirmos sobre o mesmo. Enquanto isso não acontece, hoje, eu pego as asas do tucanato e fico na abstenção. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/13, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, falo aqui em nome das Bancadas de oposição desta Casa – PSOL, PCdoB e PT. Sei que temos outras Bancadas com autonomia, mas não estou assim designada para falar por elas. Nós temos a convicção de que o empoderamento do Ministério Público, Delegado Cleiton, não desempoderou a Polícia Civil, as ações da Brigada Militar e da Polícia, tanto Estadual, como Federal. Ao contrário, nós precisamos encontrar – pasmem, aqui, a nossa fala coincidente com a do Ver. Reginaldo Pujol – a harmonia e a complementaridade de unidade dessas ações. O que não dá é para o Brasil abrir mão em pleno processo. Ver. Nereu, quero parabenizá-lo pela pertinência e oportunidade da proposição, é importante que Porto Alegre entre nesse debate agudo que acontece no Brasil. O País está instalando a sua República, essa é que é a verdade, e aproveito para

cumprimentar todos os Promotores de Justiça que aqui estão. Essa instalação progressiva da República ainda tem muito que fazer, tem muitos desafios a realizar, e um deles é certamente essa interdependência, mas essa autonomia de poderes, a democratização profunda de cada poder, a vigilância mútua, a colaboração, a autonomia, para que o poder no Brasil, Ver.^a Jussara, de fato, seja um poder exercido pelo povo e controlado pelo povo através de seus representantes. Instituições como o Ministério Público são vitais, são fundamentais, porque não é só a ação pontual em muitos temas, mas é a capacidade do Ministério Público ao investigar, ao debruçar-se sobre o tema, ao gerar interpretações de legislação, ao gerar mudanças de legislação, gerar ações civis, ações penais, ao gerar a possibilidade de alteração, de compreensões neste País, e, principalmente, gerar diagnóstico do que o contrato social, que dá base ao exercício da democracia, precisa de aprimoramento.

Nós, muito recentemente, percebemos que esta virtuosidade, lembrando Marilena Chauí, tem que estar nas instituições, que a virtuosidade do Estado brasileiro não estará nos seus dirigentes, não estará nos seus gestores, não estará num partido político, mas na capacidade de as nossas instituições serem profundamente transparentes, democráticas, suscetíveis ao acompanhamento da sociedade. E o papel que o Ministério Público faz é fundamental para que essa transparência, esse controle sobre os representantes, sobre o gestor público, que representa a vontade da maioria, aconteça, e o controle, o encaminhamento das devidas reparações, punições. Aqui da Câmara de Vereadores, muitas vezes – ainda esta semana eu dizia –, a oposição gosta muito do Ministério Público, em especial a oposição. E nós gostamos mesmo. Gostamos, porque a Câmara de Vereadores também tem o papel investigativo como os legislativos. Há sombreamento entre todos os poderes, o próprio Executivo, muitas vezes, defende-se no Legislativo, dizendo: “Eu mesmo já investiguei”. Então, todos nós temos que nos investigar, mas temos que ter os órgãos que controlam e investigam, que nos alimentam, que dão consequência, que dão encaminhamento às observações, aos acompanhamentos, aos papéis que todos nós cumprimos.

Portanto, de nenhuma maneira nós apoiamos o cerceamento do trabalho do Ministério Público. De nenhuma maneira! Hoje, promover direitos, promover justiça, zelar pelo cumprimento das leis é muito difícil, é muito complexo, nós precisamos de todas as instituições fortalecidas, empoderadas, respondendo a essa sociedade, que nós

queremos mais justa e mais democrática. Portanto, nós apoiamos a Moção de Repúdio para que, de fato, o Congresso pense mais sobre o tema, discuta melhor o tema com a sociedade brasileira, com o Ministério Público, com as próprias polícias, e que nós encontremos complementariedade, encontremos um trabalho harmonioso para que, fato, nós avancemos na estruturação do contrato social brasileiro para um País de justiça e de igualdade.

Então, todo o poder, sim, ao Ministério Público, bem diferente de tempos que nós já vivemos em que nada era investigado e em que o Brasil era uma grande caixa-preta fechada. Hoje, nós estamos enxergando e vamos alterar este Brasil, com certeza, também em função dessa autonomia e qualificação do trabalho Ministério Público, assim como das polícias que estamos valorizando demais e enxergando como tendo um papel fundamental. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Srs. Promotores, nossos guardiões da lei, eu acho que é um assunto tão importante, Ver. Nereu, que nós deveríamos realmente discutir mais este assunto com a sociedade brasileira.

Eu não posso concordar com a Ver.^a Sofia de que a República começou a ser discutida a partir do PT. Não foi assim que começou a República. Nós estamos discutindo a República há muito tempo. As leis estão sendo guardadas e estão sendo obedecidas ou desobedecidas, mas com a fiscalização competente do Ministério Público. Mas tem um trabalho, nós não podemos fazer um confronto da boa polícia, dos delegados de polícia, que fazem todos esses inquéritos. O que eu temo realmente, e não gostaria que fosse por isso, é que se fizesse uma PEC em função da investigação competente que o Ministério Público fez em cima do mensalão, por exemplo. Eu não acredito que foi por isso. Eu não acredito que se queira tirar a força do Ministério Público em função do trabalho fantástico que ele vem fazendo em cima de assuntos de interesse nacional, de interesse da população, de grandes assuntos, de grandes somas, de grandes grupos. Ninguém pode

tirar isso do Ministério Público! Os delegados de polícia fazem a sua parte com muita competência e com muito pouca ajuda material, principalmente, dos governos.

Aqui no Rio Grande do Sul não dá nem para falar, porque aqui eles foram abandonados, a Polícia Militar e a Polícia Civil estão abandonadas. Mas acho que é um assunto, Ver. Nereu, que merece mais discussão ainda, e, por ser tão importante e para homenagear aqueles que estão preocupados com isso, acho que nós poderíamos discutir mais uma sessão, duas sessões ou mais, até mesmo para chamar a atenção sobre isso. O assunto é tão importante, que nós temos um Procurador-Geral aqui, nós temos os Procuradores aqui; nós, os Vereadores, já estamos interessados há tempos, mas começamos a ter uma maior preocupação agora. E não é porque nós vamos resolver esse assunto aqui na Câmara, mas porque nós podemos ajudar a dar um bom indicativo para os nossos deputados federais, para os nossos congressistas. Nós podemos fazer um pouco mais de pressão para que isso não se transforme numa exclusão, ou é um, ou é outro, e não é isso que se quer. Tenho certeza, Ver. Nereu D'Avila, que não foi essa a sua intenção. Acho importante que se leve a opinião da Câmara de Vereadores de Porto Alegre com muita discussão, com muita competência, com paixão pela preservação das instituições que estão consolidadas. O Ministério Público está consolidado, os delegados de polícia têm a sua parte, investigam tudo, os pequenos, o dia a dia, e nós não podemos abrir mão de nenhuma dessas grandes instituições.

Então eu pediria, se fosse possível, que nós não votássemos hoje. Não de medo de cada um assumir a sua posição, mas para que cada um dos Vereadores, dos 36 Vereadores aqui, possa ter mais força de opinião, inclusive, em cima dos nossos congressistas, que possa levar aos nossos congressistas a média da opinião da população de Porto Alegre, que nós representamos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, de uma forma especial eu quero cumprimentar o Ver. Nereu D'Avila – fomos colegas, há trinta anos, nesta Casa –, autor da Moção em discussão, porque sei da preocupação do

Vereador, que também é a minha, e vou expor aqui. Quero cumprimentar também os Vereadores que me antecederam, tanto o Delegado Cleiton quanto o Cecchim e o Pujol; acho que o Pujol trouxe uma visão mediadora. Nós, da oposição, conversamos, a Sofia também trouxe aqui uma posição que envolveu conversas da oposição. Quero cumprimentar os membros do Ministério Público aqui presentes porque esta é uma Casa de muita tradição democrática, de muita resolução de conflitos, e eu acho que vai por aí a intenção do Ver. Nereu D'Avila. E, em nome da Bancada do PCdoB, já conversamos com a Sofia, com o Comassetto, com o Kopittke e com a Fernanda, creio que temos uma grande oportunidade de contribuir com aquilo que sempre estamos solicitando: respeito para com os poderes legislativos e para com a harmonia e a independência dos poderes. Aqui temos de reforçar o papel do Poder Executivo sob a ótica da Segurança pública, dos direitos humanos, etc., assim como temos de reforçar o papel do Ministério Público na história deste País. Isso se dá nas nossas cidades, pelas nossas relações políticas, econômicas, sociais e culturais, e o papel do Ministério Público tem sido estratégico para o avanço dos direitos, direitos inalienáveis, direitos da nossa Constituição no nosso Brasil. Então, pensando, Ver. Villela – o senhor que é um homem de tanta experiência e que já foi nosso Prefeito –, nessa relação da harmonia entre os poderes e no papel constitucional de cada um, eu creio e encaminho no sentido de que esta Moção, neste momento, seja transformada num indicativo: que esta Moção traga a oportunidade de discutirmos, com todas as partes, sobre o significado de uma Secretaria de Segurança, sobre o papel dos nossos delegados, sobre o significado do Ministério Público, para levar, inclusive, subsídios – porque esta Casa tem respeito nacional pelo papel histórico – quando da votação no Congresso Nacional dessa PEC. O Ver. Nereu D'Avila me informava que o relator adicionou emendas que melhoraram a PEC em relação ao seu parecer. Ver. Cecchim, eu já fui chamada de “Cone”, o saudoso Adão Preto jamais me chamou de Cony, ele sempre me chamava de Jussara “Conica”, então não fique brabo quando eu errar a pronúncia de seu nome, que é um nome italiano. É que às vezes a gente não domina uma linguagem diferenciada aqui no nosso País.

Mas, voltando ao assunto – e acho que o Ver. Cecchim encaminhou nesse sentido também –, não é uma questão de conciliar e muito menos de aprofundar antagonismos falsos; aliás, falsos antagonismos, que não existem, pelo papel dos poderes constituídos. Então, fica a opinião da Bancada do PCdoB no sentido de transformar não numa Moção

pág. 23

de Repúdio, mas em um indicativo de discussão, e que esta Câmara possa contribuir com a Câmara Federal, no sentido de respeitar a harmonia e a independência dos Poderes, algo importante para a construção deste Brasil, com direitos humanos e dignidade. Essa é a nossa contribuição. E cumprimento tanto o Ver. Cleiton, que representa muito bem essa categoria, bem como os interesses da Segurança pública, quanto os membros do Ministério Público. Eu acho que nós não podemos, aqui nesta Câmara, dinamizar qualquer falso antagonismo; pelo contrário, nós temos que evoluir no sentido de garantir que a discussão seja feita e que nós possamos aprovar aquilo que é melhor para o Brasil, até porque a Constituição tem gravado o papel de cada um dos Poderes. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero destacar a presença do Dr. Ivory Coelho Neto, nosso Procurador-Geral de Justiça em exercício.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/13.

O SR. PEDRO RUAS: Ilustre Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, Promotores de Justiça que nos dão a honra de suas presenças, Procuradores, sejam muito bem-vindos a esta Casa do Povo de Porto Alegre. Eu falo em nome do PSOL, portanto em meu nome e no nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, com muito honra. E digo, Ver. Nereu D'Avila, que nós apoiamos e votaremos favoravelmente à Moção de Vossa Excelência. Porque, na verdade, eu já me fiz esta pergunta algumas vezes, claro que respeitando opiniões em contrário: a quem interessa, realmente, a PEC nº 37? A quem não quer a investigação, a procura da verdade por parte do Ministério Público Estadual, por parte do Ministério Público Federal. Isso é uma obviedade. Sim, é uma obviedade, porque até esse momento aconteceu dessa maneira. E nós devemos, Ver.^a Lourdes Sprenger, a sociedade porto-alegrense, gaúcha, brasileira muito às investigações do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal em termos de esclarecimento da verdade. Eu poderia, Ver.^a Fernanda Melchionna, que trabalhou tanto comigo nesse sentido, ficar uns três dias na tribuna dando exemplos, mas

basta mencionar o caso das merendas fraudadas, que gerou a Operação Solidária da Polícia Federal; basta mencionar a Operação Rodin, também do Ministério Público Federal; basta mencionar inúmeros episódios que passaram pelo nosso Ministério Público Estadual, meu caro Dr. Cesar Faccioli – meu companheiro de torcida, meu amigo pessoal, e tenho muita honra por isso –, que integra o Ministério Público e dá esse exemplo, que fez diferença concreta no nosso Estado, na nossa Cidade e no nosso País, de uma atuação firme, decidida e, acima de tudo, isenta. Qual é o dado importante? E eu falo aqui, Ver. Delegado Cleiton, com o maior respeito pela polícia, pelo trabalho policial, mas o Ministério Público Estadual, assim como o Ministério Público Federal não têm subordinação de espécie alguma, e isso é indispensável numa investigação séria. É indispensável. Isso não significa que outras investigações, incluindo as polícias, tanto a judiciária quanto a de repreensão, por algum motivo estejam erradas permanentemente. Claro que não, ao contrário, fazem o seu trabalho e fazem muito bem, geralmente, mas o fator da independência é decisivo. Numa investigação, principalmente contra poderosos, seja do crime organizado, seja, inclusive, da esfera pública, a independência do Ministério Público, em sentido *lato*, federal, estadual, enfim, com as suas especializações todas, é imprescindível. Então, a eventual aprovação da PEC nº 37 traz para o País um ônus brutal, que é de, talvez, Presidente, Ver. Dr. Thiago, conviver, sim, com um nível de impunidade acima do que nós conhecemos. Acima, e ele já é muito elevado, ele já é muito grave, já envergonha o Brasil, mas a aprovação eventual da PEC nº 37, conhecida, por sinal, como PEC da Impunidade, pode trazer uma dura realidade para o nosso País, para a nossa sociedade já tão sofrida, com episódios e episódios de escândalos de corrupção, crimes dos mais variados, desde o organizado até o informal. O aumento da impunidade e da sensação dela no País pode ser um preço alto demais a pagar por um interesse, com todo respeito, meramente corporativo, que está embutido na apresentação e votação da PEC nº 37. Nós somos, portanto, eu e a Ver.^a Fernanda Melchionna, pela aprovação e votamos favoravelmente ao seu Projeto, Ver. Nereu D'Avila, contra a PEC nº 37, pela Moção de Repúdio. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas. Eu quero fazer um esclarecimento em especial: eu estive representando esta Casa Legislativa, levando a

posição deste Presidente junto a Associação do Ministério Público no último evento, e quero justificar que não me pronunciei da tribuna em função de a norma regimental não permitir que eu faça isso, mas eu quero, enquanto Parlamentar, enquanto Presidente, hipotecar toda a minha solidariedade ao Projeto. Eu posso dizer que a instituição do Ministério Público está no meu DNA. Apesar de eu não ser Promotor, a instituição do Ministério Público está no meu DNA – todos sabem das minhas relações familiares, tanto com Delegados, quanto com Promotores, mas, principalmente, com Promotores. E não acredito, Delegado Cleiton, que aqui haja um litígio e uma disputa entre as classes. Eu não vejo isso. E nós não resolveremos o nosso conflito adiando a manifestação das nossas posições. E eu acredito profundamente nisso que o Ver. Cecchim acabou colocando aqui e que o Ver. Pedro Ruas depois ensejou no seu comentário de que há outros interesses com a aprovação dessa PEC. A Polícia Estadual faz um excelente trabalho, Delegado Cleiton, e está hoje, cada vez mais, assim como o IGP – e aqui fala alguém que atua no processo criminal – sucateada. E, em relação à Polícia Federal, nós temos diversas situações que levam a um aparelhamento de todo sistema; qualificação, mas com aparelhamento. Então, a retirada do Ministério Público do processo investigatório serve a outros interesses. E esse Presidente, enquanto Parlamentar, é favorável a Moção de Repúdio que o Ver. Nereu propôs à PEC nº 37. Eu quero deixar isso bem claro.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, o Requerimento nº 081/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**, 2 **ABSTENÇÕES**.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h56min.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (16h3min) Estão reabertos os trabalhos. Muito obrigado pela presença das Lideranças, pela presença carinhosa, alegre e participativa das três Lideranças desta Casa.

O próximo item é o Requerimento da nossa ilustre Comissão de Saúde e Meio Ambiente, formada pelos Vereadores Paulo Brum, Presidente; Jussara Cony, Vice-Presidente; Lourdes Sprenger, Mario Manfro, Mauro Pinheiro e Paulinho Motorista.

Em votação o Requerimento nº 085/13, de autoria do Ver. Paulo Brum. (Pausa.) O Ver. Mario Manfro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 085/13.

O SR. MARIO MANFRO: Ver. Dr. Thiago, Presidente desta Câmara; eu gostaria de chamar a atenção dos meus colegas, porque, sexta-feira, ocorrerá a quarta paralisação dos cirurgiões-dentistas, em nível nacional, contra a cartelização – se existe esse termo – dos planos odontológicos, dos planos privados, Ver. Cecchim. Hoje, para os senhores terem uma ideia – e nada contra a profissão das manicures, mas apenas para falar em termos comparativos –, para uma restauração, o plano de saúde paga para o cirurgião-dentista mais ou menos o equivalente a arrumar as unhas. Então, pode-se perguntar: por que o dentista aceita essa exploração? Por que o dentista faz o plano? Porque a população de Porto Alegre – e aí vem o mais importante –, a população do Brasil, a população de um modo geral está sendo enganada por esses planos de saúde. Eu pergunto quantas vezes vocês já devem ter visto propagandas no seguinte sentido: faça o plano de saúde X, com o médico X e ganhe o plano odontológico como brinde; ou um plano odontológico com valores de R\$ 30,00 ou R\$ 40,00 mensais garantindo o tratamento odontológico de toda família. Então, eu quero chamar atenção, principalmente, da população de Porto Alegre para que não caia nesse engodo porque, quando a população vai ser atendida pelo cirurgião-dentista, é óbvio que o cirurgião-dentista não vai poder fazer um trabalho com a excelência profissional, com a excelência que a odontologia brasileira já atingiu, Ver.^a Sofia Cavedon. Existem “n” fatores que determinam a nossa repulsa em relação a esses planos de saúde. Por exemplo: o plano de saúde, Ver.^a Sofia Cavedon, exige raio X inicial e final, expondo o paciente a uma radiação que não seria necessária. Isso é um absurdo, isso vai contra as regras, inclusive, da Anvisa! A Agência Nacional de Saúde, infelizmente, não tem capacidade de fiscalizar esses verdadeiros absurdos que estão ocorrendo. O Sindicato de Odontologia, o CRO, a Associação Brasileira de Odontologia estão distribuindo uma carta aberta à população de Porto Alegre. Estamos ocupando todos os espaços possíveis para divulgar, torno a dizer,

pág. 27

essa mentira a que a população de Porto Alegre está sendo submetida porque, se o profissional está sendo mal remunerado, ao fim e ao cabo, quem tem um mau atendimento, um atendimento que não estaria de acordo com o que é vendido é, sem dúvida alguma, o cidadão de Porto Alegre.

Ver. Cláudio Janta, há dez anos – e não é força de expressão este número redondo –, os cirurgiões-dentistas dos planos de saúde não são remunerados. E, todos os anos, existe majoração para os associados. Sexta-feira agora, nós, todos os cirurgiões-dentistas, estaremos participando do Dia Nacional de Paralisação contra os Planos Privados. Agradeço à Comissão de Saúde e Meio Ambiente na pessoa do Ver. Paulo Brum, que recebeu todas as representações da Odontologia na última terça-feira, e peço o apoio dos meus Pares no que diz respeito à aprovação dessa Moção. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Bernardino Vendruscolo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Em votação o Requerimento nº 085/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Apregoo o PLL nº 133/13, de autoria da Mesa Diretora.

Apregoo o Requerimento para custeio de viagem em representação do Ver. Waldir Canal no VI Congresso CONSAD – Gestão Pública, em Brasília, no período de 16 de abril a 18 de abril de 2013.

Suspendo os trabalhos para a realização de Reunião Conjunta das Comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h12min.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): (16h26min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Alceu Brasinha solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 17 de abril a 24 de abril de 2013. Desejamos pronto restabelecimento ao nosso colega.

Apregoo Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Any Ortiz, ao PLL nº 115/11.

Em votação o Requerimento, de autoria da Ver.^a Any Ortiz, de dispensa do envio às Comissões da Emenda nº 02 ao PLL nº 115/11, para Parecer. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 01 e nº 02 ao PLL nº 115/11.

Em discussão o PLCL nº 022/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/12.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. Bernardino, na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras desta Casa; público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, senhoras e senhores, venho a esta tribuna para encaminhar, em nome da minha Bancada, o Projeto de Lei de minha autoria, no sentido de que se faça a convergência de esforços para a sua aprovação, que foi, na realidade, uma iniciativa deste Vereador, mas provocado pela sociedade civil organizada, através do Instituto Igor Carneiro, o Instituto Ficar, que tem por objetivo trazer mais um obstáculo à venda de bebidas a menores na cidade de Porto Alegre. E eu passo aqui a elucidar as razões que nos motivaram a fundamentar e apresentar o presente Projeto.

O sistema de telentrega possibilita que mesmo menores de idade, por vezes, possam adquirir bebidas alcoólicas pelo telefone. Quando compram uma *pizza* ou uma comida através de tele-entrega, pedem junto uma bebida alcoólica, como um joguinho de cerveja; o entregador deixa a entrega com o porteiro do prédio e não exige uma comprovação da maioria daquele que está ali recebendo e pagando a encomenda. E, por vezes, junto ao pedido da comida, vai também a bebida alcoólica.

Então, este Projeto de Lei é no sentido de exigir que o motobói ou aquele que procede a entrega da encomenda por telentrega cobre, também, daquele que fez a encomenda, a apresentação de um documento de identidade comprovando a sua maioria quando, junto do pedido, forem encomendadas bebidas alcoólicas. É nesse sentido que apresentamos a presente proposição e é nesse sentido que fazemos este encaminhamento para que o Projeto seja aprovado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Solicito à Ver.^a Sofia que assuma a presidência dos trabalhos.

(A Ver.^a Sofia Cavedon assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/12.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o PSD é um Partido que não é nem da situação nem da oposição, Ver. Tarciso! Vejam só, como se nós tivéssemos que, obrigatoriamente, ser de um lado ou de outro. Eu confesso aqui ao Ver. Márcio que esta Casa é muito dinâmica, a gente está presidindo e acaba, muitas vezes, não tendo tempo para analisar com mais profundidade as questões, ainda que quem olhe de fora diga: “Mas os Vereadores têm a obrigação de conhecer todos os projetos”. Só que são muitos os projetos. É claro que já passou pela minha mão esse Projeto, pelas minhas vistas, vamos dizer assim; por isso, Vereador, a possibilidade de não debatermos com mais profundidade compromete o meu voto, porque, na medida em que vai direto para votação e só um por Bancada pode fazer esse debate, aí fica restrito. V. Exa. é advogado, eu sei disso, mas o seu Projeto trata de proibição de venda ou disponibilização de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes. Olha, Ver. Delegado Cleiton, eu não sabia que isso é permitido! Eu acho que tem mérito, mas não vou votar favoravelmente porque tenho a impressão de que vou estar dando um atestado – é muito complicado! Como vou criar uma lei que está dizendo que o entregador de telepizza vai chegar e pedir documento de alguém? É por isso que nós

pág. 30

deveríamos ter encaminhado a matéria com mais debate, até para que pudéssemos ouvir a sua réplica, a sua tréplica, para que pudéssemos fundamentar melhor, nos convenceremos do voto. Parece-me que está bem claro, e criança e adolescente não têm permissão para comprar bebida. Aqui está dizendo pela sua fala, e eu já li, esse Projeto já passou na CCJ – e quero depois analisar, porque tem o meu voto ali também –, mas como vou condicionar o motoqueiro que vai entregar – sem demérito à pessoa –, ao profissional que está trabalhando, a condição de chegar para alguém e dizer: “Quero sua identidade?” Vamos colocar na prática. Como vai funcionar isso? Aí a pessoa chega na frente da casa, na portaria, e o porteiro diz: “Isso não é para mim, é para o apartamento tal”. E o entregador diz: “Mas eu quero o seu documento”. Então, como isso vai funcionar na prática? Quer dizer, eu estarei dando uma condição, uma obrigação, uma competência ao motoqueiro que deverá pedir a identidade da pessoa que vai atender lá na residência. Disso eu discordo! Nesse ponto, eu discordo! Acho que a sua preocupação tem mérito, mas eu não concordo com essa possibilidade e nem com essa condição. Não sei se ele teria essa competência, qual seja, de chegar lá com a moto, na frente da residência, e pedir a identidade para ver se é maior de idade ou não. E pergunto mais: ele vai se interessar? Qual seria o motivo para ele se interessar? Eu tenho dificuldade de acreditar que esse Projeto, virando lei, vá nos beneficiar. Eu tenho dificuldade, num primeiro momento, em aceitar essa condição. Parece-me que o meu voto será inócuo, será para algo que não vai funcionar. Então, desculpem-me, mas vou votar contrariamente ao Projeto.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/12.

A SR. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna, com relação a este Projeto de Lei do Ver. Márcio Bins Ely, para falar como profissional da Saúde, como Farmacêutica. Este Projeto tem um mérito enorme, e eu encaminho sua votação favoravelmente, na medida em que está comprovado pela Organização Mundial da Saúde e pela prática do dia a dia, nas portas de hospitais de atendimento na área de drogadição, que a porta de entrada para a drogadição é o álcool.

Este Projeto tem o mérito da prevenção, pois, mais cedo do que nunca, as crianças, os jovens estão tendo como porta de entrada para a drogadição o álcool; não só os jovens, pois a drogadição atinge todas as idades. Nós temos que encontrar uma solução. Acho que é uma questão que esta Casa tem que debater, e vai debater – aliás, já há proposições nesse sentido –, e esse seu Projeto ajuda, complementa essa matéria.

Eu estava conversando com o Ver. Ferronato, assim como com outros Vereadores – creio que o Ver. Ferronato também vai no mesmo sentido – de que nós temos que resolver algo na regulamentação. Eu acho que nós tínhamos que ter esse compromisso. Na regulamentação, nós vamos ter que resolver a questão do inc. III do art. 11, que diz: “Art. 11, inc. III – venda, inclusive por meio de tele-entrega, ou disponibilização de bebidas alcoólicas, independentemente de sua concentração, a crianças e adolescentes”. Está exatamente aqui a questão central. Na regulamentação, nós vamos ter que incluir a solicitação do RG já no pedido. Tem que regulamentar no sentido de solicitar o RG no pedido, sendo que a pessoa que fornece o RG e que fez o pedido é a que tem que receber. Porque senão nós poderemos gerar um conflito entre o motobói, jovem também, que está fazendo a entrega, e aquele que quer a bebida e que, ao apresentar o RG, corre o risco de não receber a bebida. Um conflito que muitas vezes pode ir as vias de fato e gerar um certo nível de violência. E nós estamos vivendo um momento crítico em relação à questão da violência, ainda mais quando entra a questão do álcool e da drogadição. Então, na regulamentação – e isso é possível de ser feito aqui na Casa, somos nós que fazemos a regulamentação –, eu proponho que o RG já seja fornecido quando do pedido – e tem que ser por um maior, naturalmente – e a pessoa que dá o seu RG é quem tem que receber. Mas não podemos deixar de votar favoravelmente a um Projeto, mesmo que ele seja passível de regulamentação, que pode ser feito dentro desta Casa mesmo, que tem um mérito maior, qual seja, o de servir ao combate, ao enfrentamento, à prevenção da drogadição. Repito: a Organização Mundial da Saúde é clara no sentido de que, nas pesquisas no nosso País e no mundo inteiro, a porta de entrada para a drogadição é o álcool.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/12.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sra. Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, depois da manifestação do Ver. Bernardino, da Ver.^a Jussara Cony e depois do que nós conversamos com o Ver. Márcio Bins Ely, eu acho que a coisa se encaminha bastante bem. Desde o primeiro momento, nós já conversamos sobre isto: da necessidade de introduzirmos, no mínimo, algum *link*, algum artigo na redação do Projeto – eu entendo que poderia ser agora –, que viabilize, que assegure uma pequena modificação na sistemática, uma pretensão de como uma lei nesse sentido se aplicaria. Concorda, Ver. Bernardino? É muito complicado dizer que o motobói, que vai à casa, deve exigir a carteira de identidade de quem estiver recepcionando, para verificar a idade que o comprador dessa bebida alcoólica tem. Na verdade, isso é complicado tanto em termos de operacionalidade do processo, como também em termos de exigência do nosso motobói. E eu me preocupo, inclusive, com a própria segurança do motobói, que, ao chegar na casa do cliente, ainda tenha que ouvir: “O senhor vai me deixar aqui, caso contrário poderá acontecer coisa mais grave”. Para a própria segurança do motobói, eu acho que esse controle de idade deveria ser feito no início, ou seja, quando é feita a encomenda da bebida alcoólica. Nesse processo, no mínimo, poderia ser pedido um documento, para termos um pequeno controle disso, pois, ao simplesmente atribuir essa competência àquele que vai à casa do cliente entregar bebida alcoólica, poderemos estar aqui fazendo uma exigência que vá de encontro aos interesses da própria segurança do cidadão ou da cidadã que faz essa entrega. Por isso eu acredito num entendimento e numa modificação na redação porque é claro, não é permitido vender bebida alcoólica para menores aqui na nossa Cidade, no Estado e no País. Portanto, a intenção, a direção e a necessidade de um mínimo de controle para quando se entrega, em casa, sob encomenda, essa bebida deve existir; agora, é preciso, sim, nós termos esse cuidado, até para zelar pelo nosso cidadão de Porto Alegre. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Airto Ferronato. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/12.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sra. Presidente, Sofia Cavedon; Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias ou em casa, é de extrema importância o Ver. Márcio apresentar este Projeto porque, realmente, é uma porta que nós estamos fechando para entrada de drogas dentro das nossas casas, só quem tem filho pré-adolescente, ou adolescente sabe a facilidade que há. Eu acho que, quando regulamentarmos essa lei, Líder do Governo, teríamos que incluir que a comprovação da identidade, Jussara, teria que ser no momento da tele-entrega, no momento em que a pessoa pedir, já informa o número da carteira de identidade, porque passar essa responsabilidade para o motobói, para o motoqueiro é muito arriscado. Então, quando pedir a tele-entrega, já informa o número da carteira identidade. Até uma sugestão um pouco mais radical – mas aí o Vereador me disse que talvez proibir a venda de bebida alcoólica em tele-entrega não seja incumbência desta Casa –, mas estaria resolvido o problema: fica proibida a venda de bebida alcoólica em tele-entrega. Eu acho que, no momento em que a pessoa pedir a tele-entrega, informar o número do seu RG, informar o seu documento de identidade, nós já estaremos inibindo a venda de bebidas alcoólicas para os jovens e crianças desta Cidade. Então, eu acho que é de extrema importância, para o futuro da nossa Cidade, os nossos filhos fiquem longe do início das drogas.

É sabido por todos que o início do uso de drogas é pela ingestão de álcool, inicia-se no primeiro gole, na primeira cerveja, e depois as crianças vão se aprofundando nessa viagem, muitas vezes sem volta até. Então, nós achamos de extrema importância esta Casa aprovar este Projeto de Lei que regulamenta a questão da venda de bebidas alcoólicas para os jovens e adolescentes da nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 022/12.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, mais uma vez volto à tribuna para falar em nome da nossa Bancada, agradecendo aos demais colegas da Bancada, para saudar a iniciativa do Ver. Márcio Bins Ely, nosso colega, que vem exatamente no sentido do que nós temos discutido sobre este tema importantíssimo das drogas, onde o álcool está inserido; nós temos que acabar com o hábito equivocado de falar normalmente álcool e

drogas. Não, o álcool é uma das drogas e, segundo vários estudos, aquela que mais danos traz hoje à sociedade no campo da violência entre os jovens. E aqui eu cito apenas uma pesquisa do Cebrid que constatou, segundo os dados do Ministério da Saúde, que 42% dos jovens mortos, Ver. Márcio, tinham álcool no sangue. Então, o álcool, sim, é a droga que mais estimula a violência, além dos danos que vem trazendo à saúde, e as pesquisas todas comprovam que Porto Alegre é a segunda Capital com maior nível de consumo de álcool entre crianças e jovens nas escolas. Então, o seu Projeto é exatamente no sentido de constranger, de regular, e, não, aquela ideia de proibir o álcool, vamos constranger e regular o acesso ao álcool, que hoje ainda é tão disponível para toda a sociedade.

Então, que esta Casa siga no sentido de executar o que a sociedade vem aplaudindo, como a chamada Lei Seca, que a sociedade brasileira aplaude, e que reduziu os acidentes de carro. É importante cada iniciativa que nós pudermos tomar aqui para constranger o acesso tanto ao álcool quanto ao tabaco.

Eu quero aproveitar para deixar o registro aqui que, em outras oportunidades, possamos discutir um constrangimento cada vez maior dos espaços para propagandas de bebidas alcoólicas e tabaco, que são drogas legalizadas e sobre as quais devemos atuar, porque causam tanto mal à sociedade quanto as drogas ilegais. Como vários outros colegas já colocaram, o Projeto vem exatamente no sentido de que o fornecedor da bebida tenha que fazer o registro. Eu creio que nós podemos, exatamente, caminhar para que, na Redação Final do Projeto, na discussão dele, o fornecedor, o proprietário do estabelecimento que recebe a ligação, já faça o registro da pessoa que está fazendo o pedido, e o motobói, talvez, faça algum tipo de verificação. Então, saúdo essa iniciativa, e que possamos seguir sempre nesse caminho, efetivamente, Ver. Janta; estamos todos imbuídos na luta contra todas as drogas e a dependência dessas substâncias, como o álcool e o tabaco.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Bernardino Vendruscolo, o PLCL nº 022/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)
APROVADO por 20 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Se houver acordo, nós construiremos uma Redação Final com a CCJ – Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o PLL nº 115/11. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 115/11.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Boa-tarde, Sra. Presidente, Vereadores e Vereadoras; eu uso esta tribuna hoje não para falar em nome da Bancada do PDT ou em nome deste sindicalista; eu venho falar em nome do meu filho e dos meus dois sobrinhos, que me pediram para que eu desse esse encaminhamento, porque eles não vão aos jogos de futebol porque, depois dos jogos, não conseguem chegar em casa. Eles têm dificuldade em acompanhar o time deles do coração – para minha sorte, os três são gremistas! É um incentivo que eu trago aqui para que a juventude vá aos estádios de futebol, para que a juventude participe. Além disso, eu acho que a Emenda da Ver.^a Any Ortiz é de extrema importância para regularmos a questão do transporte em horário de jogo. E não só o transporte em horário de jogo, mas também a permanência da Brigada Militar nos jogos, a permanência de táxis nos jogos, enfim, de todo o sistema de transporte. Ouvimos, nesta Casa, uma pessoa relatar a ajuda que recebeu da EPTC na saída da Arena, pois ninguém parava para ajudar quando estourou o pneu do seu carro. Então, é de extrema importância que se tenha acessibilidade aos transportes quando há jogos, principalmente no término desses jogos. Eu já saí do Estádio Olímpico a uma e meia da manhã; no outro dia tinha que trabalhar, e tive dificuldade em achar um transporte para casa. Como o Projeto tira a Copa do Mundo da discussão, a Copa do Mundo não entra, eu acho que este Projeto é para nós levarmos o público aos estádios; este Projeto é para nós tirarmos da mão das TVs pagas o direito de transmitirem somente o que eles querem. Nós, em Porto Alegre, por exemplo, quase não assistimos a jogos da dupla Gre-Nal. Nós assistimos a muitos jogos do Corinthians, do Flamengo, do Atlético Mineiro, que, na grade da programação, são os jogos – dizem eles – de maior torcida no Brasil e no mundo. Já nos privam do direito de assistir aos jogos na televisão, então, não podem nos privar de assistir aos jogos no estádio.

Além disso, eu acho que este Projeto ajuda muito a mobilidade urbana na nossa Cidade, este Projeto ajuda muito no horário em que os trabalhadores precisam ir para casa sem

que as avenidas que levam aos estádios estejam completamente abarrotadas, completamente lotadas. Dois dias desta semana, eu tive que ir ao Vale do Paranhana, peguei a BR-116, e a maior tranqueira era na frente da Arena do Grêmio, uma dificuldade de chegar até no início da BR-116. Então, é de importância para a mobilidade da nossa Cidade, é de importância pelo direito de as pessoas assistirem aos jogos, irem aos estádios. O nosso Estado tem um clima diferenciado, nós não podemos ficar à mercê de quem detém o direito de transmissão dos jogos. Eu acho importante nós darmos esse entretenimento para as pessoas; importante nós darmos esse entretenimento para a juventude da nossa Cidade. É uma forma de afastar a juventude das drogas, é uma forma de levar os jovens aos estádios. E que a gente possa, realmente, ver os jogos dos nossos times, não ver jogos do eixo Rio/São Paulo, não ver jogos somente dos dois times que existem no Brasil. Se nós pegarmos a grade, Grêmio e Internacional quase não aparecem na grade do Brasileirão. É um direito as pessoas irem ao estádio num horário decente, num horário digno, num horário em que se possa apreciar uma boa partida de futebol. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLL nº 115/11.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Presidente, Vereadoras, Vereadores, todos que nos assistem, o pessoal do Gre-Nal ali, os de camisa vermelha, os de camisa azul, que maravilha! Eu, como ex-atleta, eu fui jogador de futebol, todos sabem... Se perguntarem para o jogador, é claro que o jogador quer o jogo mais cedo para que ele possa chegar em casa mais cedo para o descanso, assim como o torcedor também quer estar em casa antes da meia-noite, é justo! Eu sempre vou estar não do lado do torcedor, mas do povo, essa é a verdade, mas existem coisas que fogem da competência do Vereador. Existem jogos brasileiros, da Libertadores da América, que ocorrem em outros países – na Argentina, no Peru, na Bolívia –, e que já estão vendidos para as 22h; assim como no campeonato brasileiro, Flamengo, Vasco, Fluminense que vêm jogar aqui, fica difícil! No campeonato regional, os jogos poderiam começar às 20h30min e terminar antes das 23h. Tem uma Emenda para as 20h30min com término às 23h. Como nós,

Vereadores, vamos impor que o futebol comece às 20h30min e termine às 23h? É muito difícil, porque Grêmio, Internacional, Flamengo, Corinthians sobrevivem dessa bolsa da rede Globo, mas não só da rede Globo, mas da mídia da televisão. Vocês sabem que eu não gostaria que fosse assim, porque o maior prejudicado é o torcedor. E o jogador quer o torcedor dentro do estádio! É ele que nos motiva para jogar o futebol. Essa é a verdade. É claro, Mauro, que vou votar contigo, mas a gente sabe que o Haroldo já esteve com este Projeto aqui, há dois anos, e que é um Projeto complexo. Essa é a verdade.

Talvez o Mauro pudesse ajeitar melhor esse Projeto, porque ele vai envolver o Brasil e a América. Grêmio e Internacional não jogam só o campeonato regional, jogam campeonato nacional, mundial. Então é muito difícil aqui no Rio Grande do Sul estabelecer um horário para o Flamengo, para o Vasco ou para a Libertadores. Mas podem ter certeza que vou estar com vocês. Eu, como ex-atleta, como jogador, os meus jogos sempre começaram à noite, às 20h30min e sempre terminava antes das 23h; à meia-noite eu estava em casa descansando. Excelente! Mas hoje não funciona mais assim, hoje o futebol é o grande negócio no mundo, não só de Porto Alegre. É uma bolsa de valor muito grande! E os clubes, João Carlos Nedel, sobrevivem dessa bolsa de valores, já que Grêmio e Internacional, Corinthians e Flamengo dificilmente têm condições de, na sua fábrica, formar os grandes jogadores. Para termos esses grandes jogadores, temos que comprá-los, e custam caro essas pedras preciosas, custam milhões. E onde o Grêmio e o Internacional buscam esse apoio? Na iniciativa privada, na televisão, com os empresários, para manter um Zé Roberto, um D'Alessandro – essa é a verdade –, para que a gente possa manter um futebol de qualidade na nossa Capital. A gente sabe que é muito difícil, mas estou aqui como torcedor, estou aqui com o meu voto para o povo, como eu sempre disse. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 115/11.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, nesta tarde em que estamos votando vários temas, estamos agora discutindo um Projeto muito importante, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que há mais de um ano tramita aqui na Casa, propondo a regulamentação de

um horário mínimo para iniciarem os jogos na nossa Cidade. O Projeto propõe – para que todos possam entender a discussão – que os jogos, em dias da semana, em dias úteis, só possam ter início a partir das 20h30min, exatamente para haver uma compatibilidade com o horário de pico da Cidade em relação ao tráfego de carros. Segundo o próprio Ver. Mauro – e ele mesmo vai dizer isso depois –, atendendo, inclusive, a um anseio da área técnica da EPTC, que via, regularmente, ao mesmo tempo, os engarrafamentos do Beira-Rio e, agora, da Arena com o maior horário de tráfego de carros da Cidade.

Eu apresentei, então, uma Emenda que me foi encaminhada, sugerida pela Frente Nacional de Torcedores, que está aqui presente, colegas, membros de várias torcidas do nosso Estado e do País, um movimento nacional de torcedores, como já aqui discutimos, somando-se ao Projeto do Ver. Mauro, para que tenhamos um horário limite para o término dos jogos.

O que vem acontecendo ultimamente? Para se compatibilizar com a grade internacional de jogos – não com a grade nacional, porque aqui não passam os jogos dos times locais, nós não temos muito mais do que três ou quatro jogos dos nossos times por semestre transmitidos ao vivo pela emissora local, que tem os direitos dos principais campeonatos –, os jogos têm começado lá pelas 22h, 22h30min, prejudicando todos os torcedores, inclusive os que não estão no estádio, que têm que assistir aos jogos em casa, indo dormir muito tarde. Isso acaba atrapalhando os próprios jogadores, e aqui o Ver. Tarciso Flecha Negra muito bem colocou que, nos seus áureos tempos em campo, os jogos começavam no máximo às 20h30min. Tenho certeza de que esse horário tardio prejudica os jogadores também, iniciando um jogo às 23h, quando o dia deles já começou cedo.

Quero trazer o aspecto principal deste Projeto: a questão da Segurança pública. Essa necessidade me chegou também muito pelos moradores do entorno da Arena, que estão felizes com a chegada dos jogos, da movimentação, mas os jogos têm acabado à 1h, à 1h30min, e aí o conjunto de pessoas faz com que uma grande área da Cidade não consiga ter sossego antes das 2h, 2h30min toda vez que há jogos na Cidade. Isso traz impacto na segurança, pois quanto mais tarde, maiores os riscos, maiores os problemas de efetivo, inclusive, como o Comandante da Brigada tem colocado, da dificuldade de manter a Brigada à disposição por tantas horas. Porque a Brigada tem que estar à disposição três horas antes e ficar disponível três horas depois dos jogos, até o fim do fluxo de pessoas. Isso faz com que a Brigada e a própria Polícia Civil também, na

delegacia, tenham que ficar até 3h ou 4h da madrugada com o efetivo à disposição do evento esportivo. Isso tudo para atender ao interesse de uma empresa de televisão apenas. Isso não é compatível com o bem-estar da Cidade, com o bem-estar de todos envolvidos.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu compreendo a sua preocupação e acho extremamente importante essa questão de segurança, mas, como jornalista, eu sou obrigada, aqui, a fazer um registro: esses contratos já feitos com as televisões, com toda a cobertura, isso já foi programado – é daí que vem a renda –, como ficam?

(Manifestações das galerias.)

O SR. ALBERTO KOPITKE: Os colegas da tribuna dialogaram com a Ver.^a Mônica Leal de que os contratos de televisão com os times não trazem o horário, que é flexível conforme cada cidade. Independente disso, Ver.^a Mônica Leal, acho que a regulamentação pode discutir isso, talvez não implantar neste ano, mas que os próximos contratos levem em conta este horário.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Ver. Alberto Kopitke, como seu tempo se encerra, a Ver.^a Fernanda Melchionna se inscreve e cede o seu tempo para V. Exa.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Obrigado, Vereadora.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Pelo que tenho vivido e conversado com a direção do Grêmio, quando é feito o contrato com a televisão – e existia o Clube dos 13, do qual o Sr. Fábio Koff era presidente –, este vale para todos os clubes. A televisão faz um pacote que vale para todos os clubes, para ser respeitado tudo que está ali. O clube que quer receber aquele dinheiro, assina, e vai ter que estar dentro daquela norma. O horário de jogo, na verdade – e não quero citar nome de emissora de televisão aqui –, é feito pela televisão.

O SR. ALBERTO KOPITTKKE: Agradeço, Ver. Tarciso Flecha Negra, e à cessão da Ver.^a Fernanda Melchionna, mas para destacar que não podemos inverter os valores. Se a Cidade está convencida de um tema, se os moradores de vários bairros da Cidade são atingidos; e aqui não há conflito de interesses nos moradores de Porto Alegre: os torcedores querem, os moradores querem, toda Cidade tem esta opinião. Não pode, então, o interesse externo, meramente comercial, para se adaptar à sua grade, regular toda a Cidade. Este é o debate que estamos fazendo, que entendo ser muito importante para a qualidade do esporte da nossa Cidade. Tenho ouvido vários problemas de segurança relatados por colegas que saem à 1h, à 1h30min, quando já não tem ônibus. O Trensurb tem de estender seu horário, os ônibus de Porto Alegre têm de estender seus horários e, corretamente, colocar à disposição mais ônibus. Isso tudo gera um gasto. Tudo para se adequar a um interesse específico e econômico, que vem trazendo, inclusive, alguns problemas para o futebol brasileiro. Então, é nesse sentido que esta Emenda está colocada. Eu tenho certeza que será muito saudável para a Cidade e para todos os moradores do entorno da Arena e do Beira-Rio.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte?

O SR. ALBERTO KOPITTKKE: Ver.^a Fernanda Melchionna, a quem novamente agradeço estes cinco minutos que V. Exa. me cedeu.

A Sra. Fernanda Melchionna: Obrigada, Ver. Kopittke. Quero lhe agradecer o aparte e cumprimentá-lo pelo pronunciamento, porque eu acho que V. Exa. pegou três temas que são fundamentais. Primeiro, que a Câmara e a Cidade têm o direito de regular sobre os horários dos seus jogos para facilitar para os munícipes. Na verdade, Porto Alegre poderia dar um exemplo nacional, como diria a Frente Nacional de Torcedores, que acompanha o debate na tarde de hoje.

Segundo, a questão do transporte coletivo, com a Emenda nº 02, que é uma Emenda muito necessária, garantindo as linhas de ônibus em todos os horários durante os horários previstos para o término dos jogos. E a Emenda nº 01, que ajusta essa questão dos horários. Quero cumprimentar o Ver. Mauro Pinheiro pelo Projeto e trazer a nossa posição – minha e do Ver. Pedro Ruas – favorável ao Projeto. Podem contar com o nosso

voto e nós seguiremos nessa luta para que o futebol seja tratado como um amor – como é – pelos torcedores e não como um negócio!

O SR. ALBERTO KOPITKE: Perfeito. Então, peço aos colegas de todos os Partidos que observem este Projeto e as duas Emendas de maneira favorável, para que esse esporte, que é do povo, seja mantido acessível ao povo de Porto Alegre. Muito obrigado. (Manifestações nas galerias.)
(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 115/11.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sra. Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Ver. Mauro Pinheiro, antes quero lhe dizer que o seu Projeto tem o meu apoio aqui no Plenário, mas lá na CCJ a minha Relatoria foi desfavorável, porque eu tenho o entendimento de que não é nossa competência tentar intervir nos horários dos jogos. Agora, tem muito mérito. Por isso, V. Exa. tem o meu apoio aqui. Por isso eu estou buscando, através de um Projeto de Resolução, qualificar a nossa indicação, porque aí, nessas questões, nós poderemos trazer praticamente tudo para esta Casa. Agora, eu tenho dificuldade, assim como tive no Projeto do colega Ver. Márcio Bins Ely, de aceitar a ideia de que nós estamos credenciando um motoqueiro, um entregador, de ao chegar na minha casa, pedir a minha identidade – eu não sei se ele tem capacidade para olhar documentos! É só essa a minha dificuldade. Vou votar favoravelmente ao seu Projeto, acho que tem muito mérito, acho que nós estamos vendo, realmente, que os meios de comunicação estão dando prioridade ao horário das novelas. Acho que a sua decisão de trazer isso para o plenário tem mérito, porque nós aqui estamos debatendo e mostrando, de uma forma ou de outra, a nossa inconformidade para a sociedade, para os dirigentes esportivos, e para os detentores da grande mídia.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bernardino Vendruscolo, acho que quem poderia estar com um olhar mais profundo para esse torcedor, que precisa estar em casa cedo, que adora o futebol, que o futebol mora

no seu coração, seriam os Deputados – tanto Estaduais como Federais –, que ajudariam a organizar o horário dos jogos, para que esse povo que adora estar na arquibancada – o jogador precisa muito –, também possa chegar em casa cedo.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Acho que, se nós temos Secretaria e Ministério dos Desportos para legislar sobre esse assunto, trazermos isso para a competência das câmaras de vereadores será bem complicado. Por isso que lá na CCJ eu dei parecer desfavorável, alegando óbice para a tramitação da matéria. Mas aqui, no mérito, eu vou votar a favor, o senhor tem o meu apoio, Vereador. Mas precisava dizer que estamos atentos para isso, assim como nós já debatemos aqui as questões que envolvem os direitos trabalhistas. Eu que tenho reclamado tanto que esta Casa e as câmaras de vereadores, os Parlamentos, têm perdido muito a sua capacidade de propor, mas ao mesmo tempo, quanto a essas questões, tenho restrições. Por isso que nós, quando tivermos condições aqui de ter uma indicação qualificada, com debates, nós traremos outros assuntos. Porque aí a sociedade civil, os órgãos públicos, tanto de âmbito municipal, estadual ou federal, vão saber o sentimento da Câmara de Vereadores. Nós vamos conseguir demonstrar o sentimento da Câmara de Vereadores, porque, quando nós propomos ou aprovamos uma lei, nós partimos do pressuposto de que é possível o seu cumprimento, a sua execução. E eu tenho dificuldade de entender essa capacidade de as câmaras de vereadores interferirem nos horários de jogos de futebol. Mas tem muito mérito este Projeto, valeu o debate, e, com certeza, alguns representantes da grande mídia estão nos ouvindo, porque nós estamos recebendo dentro dos nossos lares uma verdadeira doutrina, disseminada pelas novelas, tão queridas por tantos brasileiros, infelizmente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 115/11.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sra. Presidenta, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, chamei de “Presidenta”, Ver. Nedel, porque quis homenagear a Vereadora e a Bancada do PT, que chama a Presidente Dilma de “Presidenta”.

Primeiro, eu queria dizer que em Veranópolis ou em Nova Prata os jogos são só à tarde. A televisão lá não se mete. O Grêmio Pratense, o Veranense e o Dalban de Veranópolis eram uma confusão muito grande, mas sempre à tarde. Eu vi essa gurizada fantástica aqui, são os que vão e fazem torcida lá no campo, fazem o barulho, e vão. Eu já estou mais velhinho. Por exemplo, se fosse hoje, eu gripado, eu não poderia nem às 19h30min, nem às 21h, nem às 23h.

Agora, eu queria chamar a atenção sobre este Projeto. Vejam bem, o Ver. Mauro Pinheiro propõe que os jogos não comecem antes de 20h30min – não sei se vocês entenderam bem! Eles não podem começar antes das 20h30min. Então, daqui a um pouquinho, nós estamos aplaudindo uma coisa que é outra! Aí o que fez o Ver. Kopittke? Veio aqui e deu uma engessada: “Tem que ser das 20h30min às 23h”. E o que fez a nossa colega, a Ver.^a Any Ortiz? Garantiu os ônibus em todos os bairros da Cidade para os jogos.

Eu acho que nós estamos colocando esforço e bedelho demais; eu tenho que respeitar é a torcida, é verdade. E eu respeito muito a torcida.

Agora, imaginem só, se nós fizéssemos uma lei aqui em Porto Alegre pedindo para o MMA não passar mais na televisão às 4 da manhã – uma luta dessas que está todo mundo querendo ver! Sábado, por exemplo, eu queria ver o MMA, mas faltou uma lei na Câmara de Vereadores que dissesse que não pode passar de madrugada! Porque, na minha idade, já não dá mais para ver jogos às 3 da manhã, Ver. Villela. As lutas do MMA são só de madrugada.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu estava lendo o Projeto aqui, fica estabelecido 20h30min como o horário mínimo para o início dos jogos de futebol a serem realizados em dias úteis. Não pode ser jogo à tarde, está proibido, só pode ser depois das 20h30min – o senhor viu? Nova Prata não pode mais ter jogo de tarde.

O SR. IDENIR CECCHIM: Lá só se faz à tarde e no domingo.

O Sr. João Carlos Nedel: E nem aqui, é só de noite.

O SR. IDENIR CECCHIM: Não, mas eles não estão pedindo em dias de semana, e nem o Ver. Mauro Pinheiro propôs que fosse em dias de semana. Ele está dizendo que o jogo não pode começar antes das 20h30min, porque tem o problema do trânsito; mas aí fica liberado para começar às 22h30min – o que nós não queremos! E aí chego na Emenda. Eu queria que a Bancada do PT se entendesse antes em casa, porque um diz que não pode começar antes, e outro diz que não pode terminar depois.

Então, tem algum problema, nós estamos com dificuldade de entender o que é que se quer. É para todas as opções, é para enganar, e eu não voto coisas que sejam para enganar! Não voto em coisas que tentem me enrustir, me enrolar! Então, ou se faz de forma clara o que se quer ou não vamos votar!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 115/11.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, pessoas que nos assistem nas galerias, eu quero contar um pouco da origem deste Projeto, Ver. Cecchim. Numa tarde, eu estava em meu gabinete lendo uma revista, Ver. Janta, a Revista Conexão do Varejo, de julho de 2011, que dizia o seguinte: “Nós temos trabalhado muito forte junto à federação gaúcha, à CBF e até à Conmebol quando tem jogos da Libertadores para que não haja jogo às 19h30min, porque, nesse horário, o trânsito já tem a sua capacidade comprometida devido ao horário de pico. Se acrescentar nisso mais 60 mil pessoas que vão para um evento localizado, vai engarrafar alguma via e prejudicar, em efeito cascata, as outras”. Essas são as palavras do Secretário da Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC, Vanderlei Cappellari.

Então, eu estou, como Vereador desta Casa, tentando auxiliar o Governo, Ver.^a Fernanda, estou tendo coragem de ajudar o Governo, porque o Secretário da cidade de Porto Alegre fala que há problemas com o trânsito nesse horário. Então, tenho certeza de que os Vereadores da base do Governo vão votar comigo! Não tenho dúvidas, porque o próprio Secretário está pedindo este Projeto. Só que nenhum Vereador da base deve ter visto a entrevista do Cappellari, e eu, como uma pessoa atenta, vi e estou querendo ajudar o Governo, Ver.^a Fernanda, a pedido do Secretário dos Transportes, por meio

desta Revista. E, nessa época, nós nem tínhamos as obras da Copa, Ver. Cecchim. Hoje ainda temos várias obras na cidade de Porto Alegre, e o trânsito está mais caótico.

Portanto, acho que aprovar este Projeto é ajudar o Governo. E eu, como Vereador de oposição, atento e preocupado com a Cidade, quero ajudar.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu preciso informá-lo que o que vai ocorrer – se este Projeto for aprovado aqui, se o Prefeito sancionar – é que Porto Alegre será a única Cidade do Brasil com horário diferente, pois o restante do País vai ficar com o horário que está. Quer dizer, é uma coisa que não tem pé nem cabeça. Eu sinto muito.

O SR. MAURO PINHEIRO: Muito obrigado, Ver.^a Mônica, mas o que diz este Projeto? Este Projeto regula o horário de início dos jogos. Nós temos uma dificuldade no trânsito de Porto Alegre, as obras estão emperrando ainda mais, e, se não conseguimos andar na Cidade em dias normais, num dia de jogo de futebol com horário previsto para as 19 horas, quando às 18 horas as pessoas já estão se deslocando para o estádio, só irá piorar o congestionamento. Então a minha preocupação é com o cidadão, com a cidadã, com o trabalhador, que, muitas vezes, quando sai de casa, pega o ônibus lotado e, no dia de jogo, fica pior ainda por causa de todo esse congestionamento, de toda essa dificuldade. Então nós queremos buscar uma medida paliativa enquanto as obras não acontecem nesta Cidade, enquanto não se busca uma solução melhor para a Cidade. É esta a alternativa que nós buscamos, no sentido de facilitar a vida do trabalhador, do torcedor: que seja em horários diferenciados para que ele possa ir ao estádio com tranquilidade, para que o trabalhador possa retornar a sua casa. Além disso, acho que é um Projeto que também traz à discussão as dificuldades da Cidade. Tenho certeza que os Vereadores que pensam no trabalhador, na sociedade como um todo, serão favoráveis a este Projeto. É um Projeto simples e que vai ajudar muito a Cidade na sua dificuldade no trânsito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Não há mais quem queira discutir a matéria.

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLL nº 115/11 (Lê.): “Acrescenta novo artigo ao Projeto, onde couber, que passa a constar com a seguinte redação: ‘Art.º – Estão excluídos os jogos de competições internacionais’”.

Aprego Requerimento, de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 115/11 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando adiamento da discussão, por duas Sessões, do PLL nº 115/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, que solicita a retirada de priorização da Ordem do Dia de hoje do PLL nº 011/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(17h37min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

Registro a presença do Sr. José Carlos Garcia de Azevedo, Prefeito de Arroio dos Ratos. Seja bem-vindo a esta Casa.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Senhora Presidente, Sofia Cavedon; colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, venho aqui, em nome da minha Bancada, buscar, mais uma vez, o diálogo com o Prefeito Municipal. O Prefeito José Fortunati, mais uma vez, tomou uma iniciativa que nós entendemos que poderia ser melhor construída na cidade

de Porto Alegre, qual seja, a de escolher para Embaixador da Copa, representando a nossa Cidade, o prezado humorista Kiko. Ele tem o seu valor, tem o seu potencial, é reconhecido mundialmente, nós temos todo o respeito pela sua figura, agora, para representar Porto Alegre nesse tema da Copa do Mundo, o Prefeito precisa dialogar melhor com a sua Cidade. Nós, por exemplo, entendemos que, ao escolher uma personalidade para representar Porto Alegre, para ser um Embaixador, esse personagem tem que representar a nossa cultura. Não é uma questão de ser bairrista, mas de trazer alguém que tenha identidade com a nossa Cidade, alguém que se apresente para o mundo com o potencial de levar a nossa identidade, a nossa cultura. O primeiro ponto é esse.

Segundo, o Prefeito disse que quem não concorda com a sua decisão é caranguejo. Olha, eu quero dizer o seguinte: primeiro, nós respeitamos muito os caranguejos, se não fossem eles, os mangues deixariam de existir e a riqueza dos mares também.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Ver. Valter, se você acha que isso é bobagem, diga ao seu Prefeito, José Fortunati, que ele tem que dialogar, começando a dialogar com os seus Secretários, pois nem o Secretário da Copa, o João Bosco Vaz, sabia dessa decisão. A Cidade não concorda com essa decisão de ser o Kiko o Embaixador a nos representar. Eu não me sinto representado por ele! O Prefeito Municipal até pode sugerir o Kiko, mas que sugira outros nomes, que consulte a população, que faça uma enquete pública, um concurso para ver quem poderá e quem deverá ser o Embaixador ao representar Porto Alegre na Copa do Mundo. Prefeito Fortunati: 65% dos votos é uma vitória que nós reconhecemos, mas isso não lhe dá o direito de ser autoritário, de tomar as decisões sozinho, de não ouvir a Cidade, de não ouvir a base do Governo, não ouvir seus Secretários, não ouvir a oposição, não ouvir a comunidade – mais um erro do nosso Prefeito Municipal.

Eu estou aqui, em nome da minha Bancada, com todo respeito ao nosso humorista, mais mexicano do que nós, e aqui um respeito à cultura mexicana, aos potenciais que tem o México, um país latino-americano que luta por situações muito semelhantes às nossas, mas não é isso que está em discussão. O que está em discussão aqui é: primeiro, o

método que o Prefeito tem usado para dialogar com a Cidade; segundo, a questão da representação do conteúdo que tem um Embaixador.

Bom, se querem um humorista, vamos chamar o Guri de Uruguaiana para representar a nossa cultura, para representar essa potencialidade. Há outros nomes que creio que fazem esse papel muito bem e nos representam muito bem nesse potencial.

Então, a nossa discordância aqui é que o direito ao contraditório tem que existir, e nós recebemos como um desrespeito chamar quem pensa diferente de caranguejo. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO FRAGA: Sra. Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; público que nos assiste pelas galerias e pela TVCâmara; neste momento eu acho, e tenho certeza, Ver. Idenir Cecchim, que as opiniões sobre essa escolha vão divergir sempre, seja qual for a pessoa. Seja qual for a pessoa escolhida as divergências vão existir. E, neste momento, quem decide é o Prefeito que foi eleito pela Cidade com mais de 65% dos votos. Este Prefeito é quem decide nesse tema.

Agora estou falando pela Liderança do PDT, na forma de rodízio estabelecido pelo nosso Líder, Ver. Márcio Bins Ely. Eu queria, de imediato, passar ao tema que me traz à tribuna, mas antes gostaria de fazer uma saudação ao nosso ex-colega e sempre Vereador, Nilo Santos, que, a partir dessa semana, representa, como assessor legislativo, a EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação, e, pelo visto, vai ser um bom substituto do Celso Pitol, que esteve aqui tanto tempo nos ajudando. De imediato, vou pedir para ele nos ajudar, pois solicitamos uma audiência com o Vanderlei Cappellari, Secretário da EPTC, para tratar do assunto da Rua Capitão Pedroso, na Restinga. Então, estamos no aguardo dessa audiência, e tenho certeza que em breve o Secretário nos atenderá.

Queria relatar que, hoje pela manhã, estivemos com o Secretário Municipal de Obras e Viação, Mauro Zacher, com uma comissão de *skatistas*, lá de Belém Novo, para solicitar uma iluminação para a pista de *skate*, já que fizemos a pista na beira da praia, quase na orla do Guaíba, no antigo Restaurante Leblon e, quando chega à noite, devido aos

eucaliptos – que temos bastantes, graças a Deus –, fica uma escuridão, e os jovens e adolescentes não conseguem andar na pista de *skate*. Então, prontamente, o Secretário Mauro Zacher atendeu ao nosso apelo, mandou o assunto para o Departamento competente para que possa, de imediato, colocar iluminação na volta, no entorno da pista de *skate*, de Belém Novo. Tenho certeza que o Secretário conseguirá esse feito para a nossa comunidade e já passo aqui, pela TVCâmara, então, essa notícia para os *skatistas* de Belém Novo em geral e também para os seus pais, tios, todo aquele pessoal que fica na volta do *skatista* vendo as suas manobras. Já marcamos também com o Secretário Luizinho Martins, para o próximo dia 24, uma audiência, onde vamos pedir o aumento da pista de *skate*, numa extensão de três metros a mais que sobram na área, fazendo, como a gurizada chama, o Mini Ramp.

Então, estamos muito contentes e muito tranquilos pelo que estamos fazendo pela nossa comunidade. O Ver. Tarciso, que trabalha bastante na área do esporte, sabe que o *skate* está tomando conta da nossa Cidade, em qualquer lugar. Ainda hoje, pela manhã, por termos poucas pistas de *skate*, eu vi, na Av. Independência, Tarciso, ao meio-dia, um garoto saindo do Colégio Rosário e andando de *skate*. Então, lá, nós tivemos a sorte de o Secretário Luizinho Martins, junto com o Prefeito Municipal, José Fortunati, conseguir essa pista, e agora nós estamos fazendo as adequações que os *skatistas* estão solicitando, que é o aumento e a iluminação da pista.

Também queria agradecer a Secretária Cleci, que vai nos atender, na próxima semana, dia 23, para tratar do assunto da Escola Municipal Gabriel Obino, onde estivemos fazendo uma visita com a Secretária Simone e com a Prof.^a Inês. Algumas melhorias estão sendo solicitadas, e nós estamos pedindo, então, para a Secretária Cleci, em especial, um estacionamento para a Escola Municipal Gabriel Obino.

Agradeço, mais uma vez, ao meu Partido, o PDT, que nos trouxe até aqui, e ao Ver. Márcio Bins Ely, Líder da nossa Bancada.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Boa-tarde, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, pessoas que nos assistem, funcionários desta Casa. Ver. Comassetto, em relação ao seu pronunciamento aqui, exteriorizando a sua opinião, meio que indignado, achando engraçada a escolha do 19º Embaixador da Copa de Porto Alegre, pois eu discordo e quero dizer por quê. O Carlos Villagrán, personagem que faz o Kiko, do seriado Chaves, é um artista internacional, adorado, um humorista excelente, e o que é mais importante, Vereador, ele será o Embaixador da Copa em Porto Alegre, ele vai propagar Porto Alegre sem cobrar nenhum cachê. Eu falo isso com propriedade, com conhecimento de causa, porque fui Secretária de Cultura deste Estado, e é muito difícil conseguir pessoas, mesmo da nossa terra, da nossa gente, com conhecimento, com fama, que não cobrem cachê. Há pessoas por aí, fazendo propaganda de vacinas, que cobram cachê. Ora, essa pessoa que o senhor diz que não pode representar Porto Alegre se dispôs, de uma forma extremamente solidária, a propagar, a divulgar Porto Alegre sem cobrar um tostão! Então, parabéns ao Prefeito Fortunati, que teve a idéia, a sábia decisão – e que não perguntou a ninguém, porque não precisa perguntar, pois é um homem inteligente, tem legitimidade para isso, já que ganhou as eleições desta Cidade com uma margem de votos que todos nós sabemos. Então, é merecedor de confiança, ele fez muito bem em convidar o Carlos Villagrán, o Kiko, que é um artista adorado, um humorista competente, para representar e ser o 19º Embaixador de Porto Alegre na Copa do Mundo. Garanto a vocês que as pessoas que estão ridicularizando tal decisão, na minha opinião, nada mais são que pessoas preconceituosas. Esse era um dos assuntos que queria tratar.

O outro, sobre o qual farei o registro aqui, é a questão do horário dos jogos. Com todo respeito aos queridos colegas, eu tenho certeza que o nosso colega, Ver. Mauro Pinheiro – e aqui o Ver. Alberto Kopittke falou também, defendendo –, fez o Projeto com a maior das boas intenções. Como jornalista, é importante eu fazer esse registro: a Copa do Mundo tem uma cobertura nacional, existem contratos! Burlar contratos? Isso é ilegal! E outra, considerando que fosse possível – mas não é –, só Porto Alegre, no Brasil, teria os jogos realizados às 20h30min; no restante do País, seria em horário normal. Não é possível, minha gente, isso é querer subestimar a inteligência dos demais! Esse era o outro registro que queria fazer.

Agora, há coisas importantes para se tratar nesta Câmara, e que eu trago neste minuto. A Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – composta

pela Ver.^a Fernanda, Presidente; pela Ver.^a Any, Vice-Presidente, e por esta Vereadora, com muito orgulho – fez um trabalho excelente, esta semana, denunciando o sucateamento do prédio do Departamento de Criminalística do IGP, o Departamento mais importante da Segurança pública, que é capaz de elucidar crimes, como fez agora com esses últimos dos taxistas. O Departamento de Criminalística esteve trabalhando de uma forma corajosa, sem ter as menores condições. Então, essa Comissão visitou o prédio, constatou os problemas, fez um relatório, formalizou um dossiê, e o entregou ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e ao Ministério Público do Trabalho. Esse foi um trabalho de que nós nos orgulhamos muito, porque defende a sociedade. Nós estamos aqui para isso. Obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu quero, primeiramente, registrar aqui a minha plena concordância com o que falou a Ver.^a Mônica Leal – e quero dizer aqui em meu nome, do PSB, e em nome do Ver. Paulinho Motorista também; nós, da base do Governo –, grande Ver.^a Mônica Leal, grande sábia e inteligente conquista para Porto Alegre: o Kiko. Grande, maravilhosa, belíssima sacada das nossas autoridades locais, esquecendo, ou melhor, muito lembrando Porto Alegre, o porto-alegrense – e aqui nós falamos no povo gaúcho e também brasileiro –, porque nós aqui expressamos o Kiko e a criança. Qual é a criança da América Latina, da América do Norte que não reverencia a figura desse nosso humorista, que expressa a reconhecida capacidade de expressão do povo latino-americano? O Kiko não é um puro e simples estrangeiro; o Kiko é nosso, da nossa criança! Lá em casa, minha criança vê tudo. Pode deixar de ver algo; agora, naquele horário, estão ali. Por quê? Reconhecendo, agradecendo, nós precisamos aplaudir o Kiko, que vem sem cobrar cachê – coisa raríssima –, grande alma, para levar Porto Alegre para o mundo. Portanto, está total e completamente equivocada, na minha maneira de ver, a posição do nobre Ver. Eng^o Comassetto. Grande sacada! E é claro que nós respeitamos as nossas possibilidades locais de outros nomes. Agora, na minha visão, Porto Alegre

pág. 52

terá uma grandiosa visibilidade! E tenho a certeza, Ver. Comassetto, que se alguns porto-alegrenses – são poucos – discordam desse nosso Embaixador, a criançada do mundo inteiro está vibrando! E todos nós precisamos ser um pouco crianças, somos, e estaremos vibrando junto, Ver. Cecchim! Grande sacada do Prefeito José Fortunati, que merece o nosso aplauso; respeitamos as posições contrárias. Agradecemos ao Kiko, mencionamos seu extraordinário gesto, Ver.^a Mônica. Jamais nós, Vereadores da Capital do povo gaúcho, podemos vir aqui diminuir, não a decisão do Prefeito, mas a figura extraordinária que expressa o nosso extraordinário – para repetir – Embaixador! Ele não será o Embaixador da Prefeitura, ou de nós, Vereadores; ele é o Embaixador de Porto Alegre e do povo gaúcho na Copa de 2014. Um abraço, muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Presidente, aproveitando o entusiasmo do nosso Plenário, eu fiz uma descoberta, Vereadores Márcio Bins Ely, Mario Fraga, Cassio, Janta, Mônica, Comassetto, e Ferronato, nosso Líder: eu descobri, depois de algumas pesquisas que fiz no Plenário, o porquê de a Bancada do PT não querer o Kiko? É porque eles queriam o Chávez! Mas o morto, é o morto! Não é o Chaves! Eles queriam o Chávez! Eles queriam o Chávez. Mas, depois dessa pesquisa, eu quero dizer que o nosso Líder do Governo e a própria Ver.^a Mônica Leal foram muito bem aqui na expressão do acerto de escolher o Kiko. Eu não tive tanta inteligência como V. Exas. em ter ligado ao fato das crianças, ao fato de as crianças gostarem e amarem o Kiko. Mas não são as crianças de hoje só, são muitas crianças. Vereadores que estão aqui que, quando pequeninhos, assistiam, aplaudiam, riam, se divertiam, amavam, e que gostam do Kiko até hoje! Então, o Kiko não representa só as crianças de hoje. Ele fala, e é ouvido, e é querido, e é amado por toda a América Latina; e, para aquelas pessoas de língua hispânica, até nos Estados Unidos. Quando o Kiko falar em Copa do Mundo para essas pessoas de todos esses países, ele falará para pessoas que podem vir à Copa do Mundo em Porto Alegre. Essas crianças de 20, 15, 30 anos atrás conheciam o Kiko lá e, agora, com essa idade, poderão

vir à Copa do Mundo em Porto Alegre. Vão ouvir falar de Porto Alegre e do Embaixador Kiko, sim; eu vou dizer que o Kiko é o Embaixador da Copa.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Fernanda Melchionna.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu não ouvi muito bem o que a Ver.^a Fernanda falou sobre o Chaves, mas não deve ser do falecido Chávez.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Fernanda Melchionna.)

O SR. IDENIR CECCHIM: É do falecido que V. Exa. vai falar? Então, depois dessa eleição, que foi uma verdadeira derrota do chavismo, ganharam com as calças na mão, eu me posiciono aqui porque o Presidente Lula também não é mais o mesmo cabo eleitoral. Olha que, quando ele fazia campanha para alguém, ganhava fácil, Ver. Mauro Pinheiro! Agora já começou a ter um pequeno declínio. Como o Chávez em questão não é o colega do Kiko, é o falecido Chávez, que não conseguiu ser embalsamado porque não sabiam a data de falecimento dele... Com essa dúvida, para fazer o embalsamamento era mais difícil; não se fez. Foi para o mausoléu como qualquer mortal, e hoje nós estamos aqui para festejar o Kiko.

Eu tenho certeza de que a Bancada do PT trouxe os bonecos do Kiko como uma lembrança da infância. Os Vereadores do PT também tiveram infância, também assistiram ao Kiko, e tenho certeza de que a maioria gosta dele. Se não gostassem, eles não teriam o boneco do Kiko em casa, e eles têm o boneco do Kiko em casa! A Bancada do PT toda mostrou hoje que gosta do Kiko.

Então, Prefeito Fortunati, o senhor acertou porque a primeira a festejar, inclusive com a caricatura do Kiko, foi a Bancada do PT. Ver. Janta, eles trouxeram o rosto para vestir aqui no plenário achando que iam constranger, mas, ao contrário, nos ajudaram a festejar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Mauro Pinheiro está com palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sra. Presidente, demais Vereadoras, Vereadores; a minha fala nem é sobre o Kiko, Ver. Cecchim, mas, tendo em vista as falas da situação – e respeito a opinião de cada um –, tenho certeza de que a nossa Bancada não tem nenhum problema com o Chávez, nem com o Kiko, nem com a escolha desse ator. Nós apenas discordamos da forma antidemocrática como as coisas têm acontecido na cidade de Porto Alegre, Ver. Ferronato. A forma como se decidiu que o Kiko ia ser o representante de Porto Alegre foi num churrasco em família, ali se decidiu que ia ser o Kiko; ali, comendo churrasco, tomando cerveja, tomando uísque, decidiu-se que o Kiko seria o representante de Porto Alegre! É essa forma que estamos questionando! Por que não abrir um debate, discutir com a sociedade? A forma antidemocrática como esta Cidade está sendo governada é que nos preocupa. Hoje é o Kiko o representante; o que mais vai ser decidido assim, num churrasco em família, Ver.^a Sofia? Essa é a preocupação que a nossa Bancada tem. Nada contra a figura do artista nem do personagem, mas essa é a preocupação que a nossa Bancada tem. E vamos continuar defendendo a democracia e a sociedade porto-alegrense.

Mas o que me leva, Ver.^a Fernanda, a usar este tempo de liderança de oposição – e agradeço aos Partidos de oposição, que me deram esta oportunidade de falar – é o art. 98 do Regimento desta Casa, que trata do Pedido de Informações – PI. Da mesma forma antidemocrática como foi escolhido o Kiko, têm sido tratados os Vereadores desta Casa, Ver.^a Mônica. Eu sou um Vereador que trabalha muito com Pedido de Informações para poder fiscalizar a Prefeitura, Ver. Cláudio Janta. Faço o Pedido, a Prefeitura me manda os documentos, me responde, eu leio, estudo e, a partir dali, tiro as conclusões e exerço a fiscalização, que acredito ser a principal atividade do Vereador, ou seja, fiscalizar as contas do Executivo, as obras. E eu estou tendo dificuldade porque este Governo, o mesmo que escolhe de forma antidemocrática, sem discutir com ninguém, também não quer responder PI, Ver.^a Fernanda. Eu tenho alguns PIs cujos prazos de resposta já foram estourados e não foram respondidos. O último PI que fiz – a Ver.^a Sofia tem tratado desse tema – foi a respeito das obras da OAS, da Arena. Eu recebi uma resposta que acho que demonstra toda a dificuldade financeira da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Ver. Mario Fraga, que fechou no vermelho em 2012, com um déficit de R\$ 59 milhões (Lê.): “Tendo em vista o encaminhamento do PI nº 053/12 da Câmara Municipal de Porto

pág. 55

Alegre, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que solicita ‘cópias dos processos administrativos, da primeira até a última página, referentes ao projeto da Arena do Grêmio’, colocamos as seguintes considerações. Segundo levantamento da Coordenação de Projetos Urbanísticos desta Secretaria Municipal de Urbanismo, foram identificados 32 processos que tratam a respeito do assunto, perfazendo um total de mais de cinco mil páginas. Tratam-se de expedientes volumosos, com larga presença de complexas plantas arquitetônicas, que se encontram nos mais variados setores da Prefeitura. Desta forma, com base no princípio constitucional da economicidade, a tarefa se mostra de difícil alcance, principalmente no que diz respeito aos seus custos”.

Então, Ver. Cecchim, a Prefeitura não quer me mandar uma resposta a um PI porque diz que vai ter um custo muito alto. Pois bem, se a Prefeitura não tem condições de pegar um *pen drive* ou um DVD ou um CD e gravar o que aconteceu num projeto importante da Cidade para que este Vereador exerça a sua função de fiscalização, eu digo para o Secretário Cristiano Tatsch que ele pode comprar o CD ou o DVD que eu pago do meu bolso! Não tem problema nenhum! Eu pago um CD, eu pago um DVD, eu pago um *pen drive*! Não estou pedindo em papel, estou pedindo de forma eletrônica! Se ele puder me passar um *e-mail*, eu pago o custo do *e-mail*! Agora, não dá, é antidemocrático não responder um PI para um Vereador por causa do custo. Então, como este Vereador vai exercer a sua função de fiscalização se ele não pode ter acesso aos projetos do Governo? Como fiscaliza? É esta a pergunta que eu deixo para o Secretário Cristiano Tatsch, e eu espero que o Sr. Prefeito tome conhecimento disso e tome uma providência. Se for pelo valor do *pen drive* ou do CD, este Vereador paga!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Ver.^a Sofia Cavedon, presidindo os trabalhos; cumprimento todos e todas que seguem até este momento discutindo, cumprimento o meu amigo Rodolfo Mohr, que está morando em Brasília, sempre é um prazer revê-lo aqui em Porto Alegre e revê-lo nas nossas lutas em comum de longas datas. Na verdade, quando eu fiquei sabendo – e não quero desta tribuna debater o símbolo Kiko como

Embaixador de Porto Alegre –, sinceramente, eu achei que fosse uma brincadeira. Não quero entrar nesses méritos porque penso que ele não tem muita identidade com a nossa Cidade e deveria haver mais democracia para um debate de quem representa a nossa Cidade mundo afora. Mas o problema de tantas críticas em relação à nomeação, na minha opinião, não é ao símbolo do humorista, ou mesmo ao programa, mas relacionando o símbolo ao que significa a Copa no Brasil: significa uma lei geral da Copa aprovada no Congresso pelo Governo Federal, que transforma a nossa legislação num verdadeiro Estado de exceção para defender interesses privados; significa flexibilização das licenças ambientais em nome da Copa; significa grandes empresas capitalistas internacionais virem para o nosso País sem pagar imposto; significa cortar árvores no Gasômetro, quando a juventude tem resistido na nossa Cidade em defesa do meio ambiente para pretensos projetos da Copa; significa R\$ 1 bilhão do Orçamento comprometido para a Copa de 2014 e as filas no sistema de saúde iguais; significa a manutenção dos problemas na Educação, nas creches, dos problemas do funcionalismo – e nós, hoje, Ver. Cláudio Janta, estivemos lá com os trabalhadores da PROCEMPA, que estão em greve, nessa mediação; na verdade, significa a defesa de meia dúzia de interesses privados que se locupletam com os recursos públicos, as empreiteiras e os grandes capitalistas internacionais, em nome da Copa do Mundo de 2014, infelizmente. Infelizmente! E eu acho que isso é importante de ser discutido porque um fato não pode sair do seu contexto. Por isso também a juventude critica a nomeação do humorista como representante da cidade de Porto Alegre, porque a Copa para a nossa população tem o significado de flexibilização da legislação, com a tentativa de acabar com a meia-entrada no caso dos estudantes, com os reassentamentos forçados, com a violação de direitos humanos fundamentais em todo o Brasil, inclusive em Porto Alegre. Depois, Ver. Idenir Cecchim, tenho pouco tempo para lhe contar a história da Revolução Bolivariana na Venezuela. Recomendo a leitura da história da Revolução Bolivariana da Venezuela e o que representou Chávez como expressão política de um povo que se levantou contra o imperialismo e o capitalismo do seu país, começando em 1989, culminando nos mandatos do Chávez, a constituição democraticamente discutida, a lei das terras, a tentativa de um golpe pela RCTV e, sobretudo os Estados Unidos, em 2002, em que o povo botou de novo o Chávez no poder. E eu queria dizer para aqueles que torceram que, com a morte do Chávez, acabasse uma Revolução Bolivariana, acabasse um povo que se empoderou

na Venezuela, queria dizer para eles que a expressão e a própria eleição representaram mais uma vez um povo que segue nessa luta para aprofundar direitos na Venezuela. Esses que torceram no início, mentindo sobre a história do chavismo – porque foi uma vergonha a cobertura da imprensa logo depois da morte do Chávez –, fazer agora, depois que o Maduro venceu as eleições, infelizmente, mais uma vez os Estados Unidos, seus países diretamente vinculados com a política imperialista tentam forçar a direita golpista a levar a Venezuela ao estado de insustentabilidade, que foi o que aconteceu com as marchas no dia de ontem, em que a direita, apoiada pelos Estados Unidos, fez marchas que levaram à morte nove venezuelanos. Felizmente o povo também se organiza para resistir a qualquer tentativa de golpe. Já viveram isso em 2002 e derrotaram, no dia 3 de abril, o contragolpe financiado pelas elites venezuelanas e os Estados Unidos. Gostaria de trazer esse debate a esta tribuna, pois detesto história malcontada, detesto história distorcida e detesto aqueles que desconhecem a luta de um povo por sua libertação e usam a tribuna para vociferar palavras de direita; aliás, da direita internacional, que tenta acabar com o processo bolivariano na Venezuela. Apenas para registrar que a verdade é necessária e em geral é revolucionária. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Solicito que o Ver. Cláudio Janta assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Cláudio Janta. Nós aqui estamos homenageando, na sua pessoa, o sindicalismo e os trabalhadores, ao conduzir o Plenário neste final.

Em Pauta hoje, na 1ª Sessão de discussão, um Projeto assinado pela Mesa Diretora, que eu quero aqui sublinhar porque foi uma construção dos artistas da nossa Cidade, do Sindicato dos Artistas. Foi um processo longo de debate com esta Casa para ocupação

do nosso Teatro Glênio Peres, que é um espaço de teatro que a Cidade ainda não pode utilizar como os demais, com tanta dificuldade que tem a Cidade de acolher os produtos, principalmente dos grupos de teatro. E o Projeto acabou construindo, no ano passado, uma Emenda que reservou recursos da Câmara de Vereadores para o fomento do Teatro Glênio Peres, e hoje a Mesa Diretora propõe um formato para esse fomento. Trata-se da Mostra de Artes Cênicas e Música, uma mostra que vai, através de edital, disponibilizar aos nossos artistas que eles apresentem o seu produto para a Casa, para uma comissão formada por representação das diversas organizações e sindicatos nas diferentes linguagens da arte. Esses grupos ou indivíduos selecionados receberão recursos desta Casa e, em troca disso, apresentarão pelo menos duas sessões no nosso Teatro Glênio Peres, abertas ao público e gratuitamente.

Esta é, de uma maneira bastante simplificada, o Projeto que começa a tramitar. E nós esperamos fazer uma votação bastante breve para já, neste ano, termos a Mostra de Artes Cênicas e Músicas aqui na Casa, Ver. Janta.

Nós fomos procurados também em função de fazer essa mediação, os vários Vereadores da Mesa Diretora foram procurados pelo coordenador de artes cênicas da Prefeitura, que procura espaços de teatro porque, sempre que abre uma amostra, muitos ficam fora da seleção.

Portanto, esse é um começo. A utilização do teatro da Câmara com projeto próprio, com recursos próprios, é um começo. A parceria com a Prefeitura para que ele esteja a pleno e à disposição da Cidade já está iniciando, já há um diálogo começado com o coordenador de artes cênicas.

Vejam os senhores que, considerando que a cidade de Porto Alegre vem perdendo recursos na área da Cultura, vem reduzindo recursos na área da Cultura, e o Funproart, que é o fundo de fomento à produção cultural, tem uma redução, ano a ano, dos recursos que historicamente tinha conquistado, está muito longe de ter os recursos previstos na legislação. Quer dizer, a Câmara, com os seus recursos próprios, fazer um fomento ao teatro é uma importante representação ou indicação à cidade de Porto Alegre de que a Arte e a Cultura são centrais; centrais na construção de uma cidade democrática; centrais na construção de cidadania; centrais na construção de símbolo de mobilização cultural, de produção de uma cidade diferenciada.

Portanto, eu louvo a construção que fizemos até então na Mesa Diretora. Espero que esta Casa vote com brevidade e a gente já possa viver, neste ano, a mostra de artes cênicas e de música no nosso Teatro Glênio Peres, homenageando inclusive o próprio Glênio Peres, que empresta seu nome ao teatro, porque, afinal, ele foi um produtor cultural, foi um ator, um incentivador da arte e da cultura em Porto Alegre, e um Vereador desta Cidade que orgulha a história desta Câmara de Vereadores. Então, senhores e senhoras, prestem a atenção nesse Projeto, ele receberá emendas; os artistas estão fazendo debates com os Vereadores, e quiçá esta Casa mostre que tem um grande compromisso com a arte para além da legislação e da fiscalização. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Muito boa-tarde a todos, na pessoa do nosso Presidente em exercício, Cláudio Janta, Vice-Líder na nossa Bancada. Quero cumprimentar as Vereadoras, os Vereadores, o público que nos assiste nas galerias ou na TVCâmara. Senhoras e senhores, venho a este período de Pauta fazer referências a alguns dos Projetos em tramitação que entendo oportuno terem a nossa observação porque relevantes para a Cidade e, inclusive, para alguns contextos de priorização de políticas públicas. Algumas delas inclusive foram destacadas pelo nosso Governo, como é o caso das políticas públicas para a juventude, porque agora temos uma Secretaria Municipal da Juventude; políticas públicas para as pessoas portadoras de deficiência, que agora temos também uma Secretaria para as pessoas portadoras de deficiência, a Secretaria da Acessibilidade; a Secretaria do Trabalho, que hoje o nosso companheiro Pompeu de Matos, com muita desenvoltura, tem trabalhado no sentido da geração de emprego e renda na Cidade.

O Ver. Sabino veio aqui também incluir a efeméride Semana Municipal da Conscientização da Violência contra o Idoso. Eu acho que, sobre essa questão que diz respeito às políticas públicas para o idoso, o próprio Estatuto do Idoso, que inclusive está na Agenda da Cidade o debate sobre as isenções no transporte coletivo, o que também atinge uma das situações que é apontada como causa do encarecimento da tarifa. Então

queremos nos somar ao Ver. Sabino e dizer que é importante que a gente possa trazer para o debate e para a discussão da Casa essa questão que envolve o idoso.

Há o Projeto do Ver. Brasinha que diz respeito a quilogramas e litros dos produtos, que obriga os estabelecimentos comerciais varejistas a exporem, juntamente com o preço dos produtos, a comercialização, a fração de massa ou volume dos produtos. Eu até quero aqui fazer referência, Ver. Mauro Pinheiro, de que, ontem, eu estive num jantar onde conversava com um amigo, o Henrique, que trabalha com apicultura – mel, abelhas, enfim –, e ele me dizia que o mel pesa 1,4. Então, o pote de mel de 1 kg que eles vendem, na verdade, tem 750 ml. Vejam bem como é importante o Projeto de Lei do Ver. Brasinha, que diz respeito ao volume, ao peso! Muitas vezes, vamos ao supermercado e compramos sorvete, e 1 litro de sorvete, Ver.^a Mônica, não pesa 1 kg. A senhora pegue uma caixinha de sorvete para ver como ela é levezinha, e tem 1 litro de sorvete ali. Então, acho que é muito importante e oportuno aqui o que o Ver. Brasinha traz – ele, que está convalescendo agora; inclusive quero aqui lhe desejar sucesso, que ele possa se sair bem dessa cirurgia que está prevista. Concordo com o encaminhamento do Vereador, que entendo também oportuno para que possamos debater essa Pauta.

Faço vistas aqui também com relação ao Ver. Kopittke, da Bancada do PT – vejo aqui a Ver.^a Sofia, o Ver. Mauro Pinheiro. O Vereador fala também da efeméride desmoraamentos, desabamentos, prevenção de incêndios. Eu acho que todos nós ficamos muito comovidos com essa situação que envolveu as mortes da boate Kiss, em Santa Maria, e quero me somar àqueles Vereadores que, de uma forma ou de outra, têm procurado, a partir das suas iniciativas, atentar para essa questão da segurança, principalmente com essa tragédia que aqui vitimou mais de duas centenas de jovens do nosso Estado, que comoveu o mundo inteiro, para o que ainda se busca a responsabilização. É inadmissível que isso aconteça nos tempos de hoje e, aqui em Porto Alegre, tudo aquilo que for feito no sentido da prevenção, da orientação, de políticas públicas de divulgação para a prevenção de eventos como esse, devem ter, sim, a chancela e o apoio desta Casa Legislativa.

Então, eu quero manifestar, na condição de Líder da Bancada do PDT, Bancada composta, nesta Casa, por sete Vereadores – portanto, com a responsabilidade de liderar a maior Bancada da Casa e a maior Bancada do Governo –, que iniciativas como essa terão o nosso apoio, porque são relevantes, são importantes, e têm por objetivo a

prevenção de acidentes, para que o que aconteceu em Santa Maria não venha a se repetir. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu não ia me manifestar, mas como o Ver. Márcio Bins Ely se referiu a um Projeto de autoria do Ver. Alceu Brasinha, que altera a Lei nº 11.423, eu venho, aqui, para tentar explicá-lo, até porque temos participado de um debate sobre esse Projeto. Na verdade, o Projeto do Ver. Brasinha só altera o tempo de vigência de uma Lei, que passou a vigorar após a aprovação de um Projeto de Lei, na Legislatura passada, de autoria do Ver. Toni Proença, a respeito dos produtos comercializados em frações de massa ou de volume ao preço correspondente.

Em razão de termos sido procurados por vários pequenos e médios supermercadistas, pela Associação Gaúcha de Supermercados, após a aprovação desse Projeto – para o qual este Vereador, inclusive, votou contra, pela dificuldade que terão, principalmente os minimercados, os pequenos supermercados de Porto Alegre em cumprir essa Lei –, nós fomos – eu, o Ver. Ferronato, Líder do Governo, junto com os representantes dos minimercados – até o Prefeito José Fortunati, que nos recebeu, no sentido de estabelecermos algumas regras e para aumentarmos o prazo de vigência dessa Lei. O Ver. Brasinha, no seu Projeto, propôs o aumento do prazo para 180 dias, e este Vereador juntamente com o Ver. Ferronato apresentamos um Substitutivo, aumentando o prazo de 180 dias para 270 dias, para que os minimercados, os pequenos supermercados tenham tempo de se adequar à regra. O Prefeito José Fortunati ficou, juntamente com as associações supermercadistas, com o Procon, com a SMIC, de adequar a legislatura através de um Decreto, no sentido de que seja melhor regulamentada. Qual é a dificuldade, Ver.^a Sofia? A dificuldade é que o Projeto não estabelece quais seriam os produtos atingidos – inclusive, para alguns produtos, haveria alguma dificuldade, o que causaria transtornos para o consumidor na hora de comprar. Por exemplo, a Vereadora vai lá comprar um esmalte, o esmalte tem 4 mililitros, mas, segundo o Projeto, teria que

pág. 62

ter, ao lado do esmalte, o preço de 1 litro, uma quantia que jamais o consumidor irá comprar. Outro exemplo: a pessoa vai comprar orégano, cujo pacotinho tem 9 gramas, ao preço de R\$ 2,00, e, de acordo com o Projeto, teria que constar, ao lado, o preço de 1 quilo de orégano, o que acabaria trazendo uma dificuldade de entendimento, um transtorno ao supermercado. Então, como para alguns produtos fica difícil estabelecer a quantidade em litros ou quilos, nós conversamos com o Prefeito José Fortunati, passamos a mensagem dos representantes dos supermercados, e vamos, através de um estudo mais técnico, elaborar quais são os produtos que não terão grandes dificuldades, e vamos listar, através de um decreto, os produtos que vão ajudar a dona de casa a tomar uma decisão ao comprar, por exemplo, um pacote de arroz de 1 ou 5 quilos, no sentido de ver qual a vantagem de comprar este ou aquele produto. Então, realmente, para esses produtos, a Lei será bastante favorável e ajudará o consumidor; agora, em outros, causará um transtorno e uma dificuldade maior.

Finalizando, este Vereador, mais o Ver. Aírto Ferronato, junto com esses supermercadistas, conversamos com o Prefeito, ele entendeu, assim como o Secretário da SMIC, e será feito um documento, um decreto, pelo Prefeito, melhorando este Projeto do Ver. Toni Proença. Só para esclarecer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Não há mais inscritos para discutir a Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h31min.)